



A memória de um lugar: discursos e práticas identitárias na freguesia do Castelo em Lisboa

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Antropologia

Mestranda: Sara Daniela Teixeira Martins

Orientador: Doutora Elsa Peralta

Lisboa

2011

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família, em especial aos meus pais e à minha irmã por todo o apoio que me deram tanto na decisão de começar o mestrado como durante todo o processo. Sem eles teria sido impossível ultrapassar todas as dificuldades, e as alegrias não teriam o mesmo sabor.

Quero também agradecer à Professora Doutora Elsa Peralta que gentilmente aceitou orientar o meu trabalho. As suas sugestões, críticas e forte apoio foram essenciais em todo o processo. Mesmo em alturas de desespero as suas palavras foram sempre de conforto e confiança. Obrigado!

Agradeço também à Junta de Freguesia do Castelo que acedeu a todos os meus pedidos. Um agradecimento especial à Sónia Augusto e ao Pedro Caetano, que nunca recusaram falar comigo e me deram todas as informações que lhes pedi. E a todos os meus informantes. Sem eles não conseguiria realizar este trabalho.

Ao Ricardo um muito obrigado por me ter ouvido sempre e por me ter dado muita força confortando muitas frustrações.

Por fim, mas não menos importante, e sendo impossível nomear todos, muito obrigado a todos os meus familiares, amigos e colegas que contribuíram e apoiaram esta pesquisa.

A todos muito obrigado!

Índice

1. O Tema de pesquisa	6
2. Objecto e Objectivos de Pesquisa	12
3. Instrumentos Metodológicos.....	18
PARTE I – MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÓNIO	22
1. Memória Social: perspectivas de estudo e abordagens teóricas	23
2. Identidades colectivas e processos de construção social do passado	30
3. Património e materialidade da identidade	36
4. Dinâmicas de procura turística e a patrimonialização das cidades históricas	45
PARTE II – HISTÓRIA E IDEOLOGIA.....	52
1. O Castelo de São Jorge: Apontamentos históricos e ocupação humana.....	53
2. A Primeira República: o Castelo como monumento nacional	56
3. Estado Novo: O Castelo e a autenticidade da nação	58
4. Reabilitação Actual: Valorização patrimonial e promoção turística.....	63
PARTE III – ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA.....	65
1. Orgulho identitário e razões práticas.....	66
2. Mediação institucional e conflito	71
3. Sociabilidades e quotidianos	77
4. Bairrismo e folclorismo	82
5. Encenações e ambivalências	89
CONCLUSÕES	91
BIBLIOGRAFIA.....	94

1. Bibliografia Geral	95
2. Webgrafia	102
ANEXOS	103
Anexo I: Guião de Entrevista à junta de freguesia do Castelo	104
Anexo II: Guião de Entrevista aos informantes	106
Anexo III: Dados relativos à freguesia do Castelo.....	107

Introdução

1. O Tema de pesquisa

A presente dissertação insere-se num âmbito de estudos vasto e complexo que tem vindo a ser designado por Estudos da Memória. Tratando-se de um âmbito de análise pluridisciplinar, as abordagens a este tópico multiplicam-se, abrangendo as diversas formas pelas quais o passado é reconstruído e representado no presente, tanto no domínio das sociabilidades privadas quanto no da esfera pública, em ocasiões como rituais, liturgias civis, monumentos ou museus. No mesmo sentido, são também muitos e diversos os entendimentos sobre o conceito de memória, como também muitas são as perspectivas analíticas para o abordar.

A discussão em torno dos mecanismos da memória tem origem na antiguidade. Contudo, sendo a memória uma faculdade da mente individual, houve relutância em extrapolá-la para o colectivo. É apenas nos inícios do século XX que surge uma abordagem à dimensão colectiva da memória, nomeadamente com o trabalho de Maurice Halbwachs. Halbwachs é pioneiro em teorizar a memória enquanto fenómeno colectivo, claramente influenciado pelo conceito de solidariedade mecânica de Émile Durkheim (1968), introduzindo-a no campo das Ciências Sociais, através de três das suas obras. É na sua primeira obra, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1925) que o autor formula a sua teoria sobre memória colectiva, que é desenvolvida em obras posteriores como *La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte: Étude de Mémoire Collective* (1941) e *La Mémoire Collective* (1950).

Para este autor a memória tem a funcionalidade de estabelecer uma relação entre membros do mesmo grupo, contribuindo desta forma para a criação de um sentimento de pertença e continuidade. Na teoria de Halbwachs, a memória individual não tem lugar, sendo que uma das principais premissas é a de que os indivíduos apenas recordam enquanto membros de um grupo social, colectivamente. Assim, pode-se afirmar que a memória de um grupo é construída com base na identidade e capacidade de recordação do todo. Enquanto a memória contribui para a manutenção da identidade do grupo, é a identidade do grupo que permite a construção da memória colectiva. Aqui a memória é uma representação do passado em cada momento do presente.

As contribuições de Halbwachs são até hoje tomadas como válidas, constituindo o ponto de partida para todos os estudos que se debruçam sobre o tema da memória. No entanto, a

teoria de Maurice Halbwachs foi alvo de várias críticas. A sua excessiva ênfase no colectivo como entidade totalizante e no condicionamento exercido pela pertença ao grupo social, são segundo os críticos os aspectos mais problemáticos do seu trabalho. Desta forma Halbwachs negligencia não só os mecanismos individuais de memória, como também descarta o carácter conflitual das memórias sociais. Com efeito, não só a memória é muitas vezes uma construção deliberada do poder político, como também estas construções são abertamente contestadas por versões dissonantes do passado. Estas críticas à memória colectiva de Halbwachs, originaram novas teorizações da memória colectiva. É nesta linha que Fentress e Wickham (1992) constroem a denominação “memória social”, elucidando os vários processos pelos quais o passado é construído e reconstruído em cada presente e em cada contexto social.

Sendo assim, apesar da obra pioneira e precoce de Halbwachs sobre os quadros sociais da memória, só volvidas várias décadas a memória reemerge como tema de investigação social, sobretudo a partir de 1980. É a partir desta altura que este conceito se vulgariza. Isto deve-se, em grande parte, à obsessão pelo passado que tomou conta das sociedades contemporâneas. Surge assim uma nostalgia pelo património, material e imaterial, que estaria em vias de desaparecimento. É nesta altura que, dadas as circunstâncias das sociedades ocidentais, Pierre Nora escreve a obra de sete volumes *Lieux de Memoire* (1984-93), onde designa o período em que vivemos de “Idade da Comemoração”, ao mesmo tempo que se debruça sobre os “lugares de memória” da sociedade francesa, por ele designados. Lugares de memória são locais, objectos, celebrações que encerram em si algum momento da história que se quer preservar sob pena de extinção. É através destes lugares de memória que é possível recordar, manter a memória. Andreas Huyssen também se debruça sobre estas temáticas na sua obra *Seduzidos pela Memória* (2000) denunciando a obsessão memorialista característica do tempo presente.

Por outro lado, como resultado da viragem narrativa nas ciências sociais e da ênfase na análise dos mecanismos de produção e reprodução do poder, a partir de inícios da década de 1980 começam a surgir trabalhos e investigações que se centram nos usos da memória ao serviço da manutenção da legitimidade do estado ou de uma determinada ideologia de regime, sobretudo a nacional, como é exemplo paradigmático a obra *The Invention of Traditions* editada por Hobsbawm e Ranger (1983). Segundo esta abordagem, comumente designada de “teoria das políticas da memória”, a memória é uma construção do presente e as representações do passado são estrategicamente inventadas e manipuladas pelo sector

político de forma utilitária para servir os seus actuais propósitos. A memória social é imposta pelos poderes dominantes da sociedade de maneira a servir a necessidades dos mesmos. Neste sentido, a memória materializa-se em “objectos exteriores”, como é o caso do património ou dos museus, patrocinados e legitimados pelo estado e pelos poderes instituídos.

Esta abordagem popularizou-se rapidamente no meio académico, tendo sido adoptada por várias disciplinas, já que forneceu os fundamentos teóricos para o estudo dos meios utilizados pelos poderes políticos para legitimarem o seu regime. Em suma, permite verificar em que medida se recorre a uma memória dita oficial que legitime o projecto de unidade nacional. A publicação de obras paradigmáticas sobre os processos e mecanismos de construção das identidades nacionais, como são os casos de *Imagined Communities* (1983) de Benedict Anderson, *Commemorations: the politics of national identity* (1994) editada por John R. Gillis, *Nacionalismo* (1998) de Ernest Gellner e *Myths and Memories of the Nation* (1999) de Anthony D. Smith, foram também fundamentais para a consolidação de uma abordagem focada nos mecanismos ideológicos de fixação de versões do passado de acordo com agendas político-ideológicas nacionalistas. Nestas obras são enfatizados suportes de construção cultural da nação, entre eles, a exaltação de heróis, o folclore, o património e a cultura popular e os mitos de fundação das nações. Em Portugal também se encontram referências nesta linha. *A Segunda Fundação* (1994) de Rui Ramos consiste numa análise historiográfica que permite entender a nação portuguesa. Elsa Peralta (2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009) também se tem debruçado sobre a questão da memória associada ao património e à identidade nacional portuguesa e, consequentemente, para um mais claro entendimento destes tópicos. É de realçar ainda o contributo de José Manuel Sobral (2003, 2006) que tem tratado a relação entre memória e identidade nacional, exemplificada com o caso português.

Nesta linha, muitos estudos se têm debruçado sobre as instituições e os mecanismos articuladores da memória, nomeadamente o património e os museus considerados essenciais para a manutenção da memória colectiva, e consequentemente da identidade nacional. A obra *The Past is a Foreign Country* (1985) de David Lowenthal é incontornável neste domínio na medida em que analisa de que forma o passado é adaptado para fazer face aos interesses do presente. David Boswell e Jessica Evans também trazem importantes contributos na obra *Representing the Nation: A Reader – histories, heritage and*

museums (2002) ao analisarem de que forma os sítios patrimoniais funcionam como “adornos” que embelezam a história da nação.

O património será, portanto, a manifestação exterior de uma memória e de uma identidade socialmente construídas. Nesta medida, tal como a memória o património também é socialmente construído de forma a validar determinado momento da história ou determinado acontecimento considerado simbolicamente significativo para validar determinada identidade colectiva. Esta activação do património com recurso à manipulação da memória social visa a legitimação das ideologias políticas presentes e favorece a identidade colectiva do grupo que é objecto desta acção. A memória permite legitimar a identidade de um grupo muitas vezes recorrendo ao património, o que o torna porventura uma mercadoria para reivindicações regionais ou nacionais. Assim, usam-se os museus, os monumentos, as comemorações como meios de materialização da memória na esfera pública. O mesmo se passa com a história. Muitas vezes são seleccionados momentos particulares da história para legitimar a ideologia de um regime ou afirmar um determinado projecto nacional. Mais, certos factos históricos podem mesmo ser adulterados de forma a legitimar ideais políticos. Mas não é apenas o poder político que faz uso da história e do património. As próprias sociedades apropriam factos históricos, monumentos de forma a justificarem o seu sentimento de pertença a determinada comunidade, e a sua identidade. Isto acontece através da reclamação de acontecimentos históricos ou da exaltação de heróis. Ou também a selecção de determinados acontecimentos que exaltem a glória da nação e que por isso se tornem mais marcantes para a sociedade.

Estes usos da memória são muitas vezes objectivados no turismo. A existência de um vasto património cultural e natural, de eventos comemorativos nacionais ou internacionais, publicitam a zona em questão no mercado turístico. Esta atracção turística traz consigo inúmeras vantagens de cariz económico, social e cultural. Ao mesmo tempo que cria postos de trabalho para os locais, possibilita a entrada de dinheiro para o país e origina uma maior preocupação com a manutenção do património. Neste âmbito é de ressaltar a obra *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism* (1995) de Valene L. Smith, onde são analisados todos os tipos de turismo existentes, assim como as vantagens e as consequências que o turismo traz para a zona de recepção. Pode-se então dizer que a memória vai utilizar o património, a história e o turismo para se validar é tornar dominante segundo as necessidades com que os poderes políticos se deparam em cada momento da história.

A teoria da invenção das tradições tem, porém, vindo a sofrer algumas críticas, sobretudo devido à quase exclusiva ênfase dada à dimensão política em desfavor da dimensão experiencial, visto que actualmente é difícil sujeitar as pessoas a um determinismo político, especialmente quando este contradiz o que se entende que tenha realmente acontecido. Esta situação implica sempre negociação e conflito, especialmente em países democráticos.

A abordagem da memória popular vem precisamente dar corpo às críticas feitas aos trabalhos realizados no âmbito da teoria das políticas da memória. Esta outra abordagem vai confrontar as reproduções do passado que são instituídas pelos poderes políticos dominantes com as representações do mesmo passado que sejam diferentes da versão formal, pois segundo esta teorização as memórias dos grupos sociais devem ser tidas em conta na equação. Na formulação da história devem ser consideradas as várias representações dos diversos grupos, não se devendo limitar a sua formulação aos interesses de apenas um grupo, e devendo assim esta estar em constante revisão. É neste sentido que surge o conceito de “contra-memória” em que as representações do passado incluem os discursos dos menos influentes. Desta forma os discursos dominantes vão ser contestados e examinados por estas práticas alternativas, podendo estas tornar-se predominantes à medida que a sua popularidade for aumentando. O *Popular Memory Group*, sedado no *Centre for Contemporary Cultural Studies* em Birmingham, revelou-se muito importante para o estudo das contras-memórias desenvolvendo trabalhos que contemplam a pluralidade das versões do passado existentes. Este funcionou como um espaço dinâmico, de contestação que espelha o conflito entre as memórias alternativas por oposição aos discursos dominantes. Há, assim, a existência de diferentes vozes, cada uma com a sua versão do passado. A integração da multivocalidade de memórias e tradições está incluída na obra *Remaking America: public memory, commemoration and patriotism in the twentieth century* (1992) de John Bodnar. Este autor analisa de que forma os discursos da memória podem ser multivocais e discordantes por via de um conflito dinâmico segundo o qual, em cada momento, se debatem consensos sobre o passado.

Além disso, o carácter unívoco e unilateral da abordagem das políticas da memória acaba por descuar a própria premissa de Halbwachs segundo a qual os indivíduos são socializados no âmbito de conjuntos sociais, conjuntos estes que não se resumem à esfera de actuação do Estado. Através da memória é possível recriar o passado, interpretando-o à imagem dos interesses do presente. A memória é então activada consoante a sua utilidade no presente e incorporada nas vivências sociais. Paul Connerton, na sua obra *Como as*

Sociedades Recordam (1989) enfatiza esta situação, explicando que a memória é incorporada em práticas sociais, corporais, rituais, ou seja, acabamos por adoptar certo tipo de comportamentos de acordo com os quadros de referência em que nos inserimos em cada momento. Através do processo de interacção social vamos incorporando e interiorizando essas práticas nas nossas acções. Isto é o que Connerton denomina de memória hábito. A memória hábito de Connerton é semelhante ao conceito de *Habitus* de Bourdieu (2002), segundo o qual a memória fornece disposições que em conjunto com os contextos de interacção social nos permitem atribuir significado ao mundo, sendo que estes contextos de interacção social ultrapassam a mera acção do estado para incluir a família, as redes de amizade e os media, entre outros.

Com efeito, ao abordar a memória no contexto actual não se pode deixar de considerar a influência que as novas tecnologias têm na produção da mesma. Recentemente têm surgido outros meios de divulgação cultural como sejam o cinema, a televisão, a fotografia, a publicidade e panfletos turísticos que têm sido analisados por estudos académicos no sentido de perceber de que forma estes vão moldar a memória colectiva. Tal como Huyssen refere na sua obra *Seduzidos pela Memória*, os media fazem “a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia” (2000:18).

A produção académica no domínio da memória é, como se viu, vastíssima e abrangente, originária de variadas disciplinas como sejam a antropologia, a sociologia, a história, a literatura, a filosofia ou a ciência política, o que tem dificultado a formulação de uma definição clara do que é a memória. No entanto, nos últimos anos tem surgido a preocupação em sistematizar as teorias das diferentes ciências sociais de forma a estabelecer uma abordagem disciplinar coerente. Tal é o caso de *Theories of Social Remembering* (2003) de Barbara Misztal. Mas, e embora hajam diferentes perspectivas, a actualidade da temática da memória é evidenciada pelo interesse na relação entre memória e esquecimento, entre memórias colectivas e memórias individuais, e pelos conflitos que se travam entre memórias oficiais e contra-memórias, assim como pela activação memorialista referente às representações do passado.

2. Objecto e Objectivos de Pesquisa

No presente trabalho procurar-se-á proceder a um estudo de memória e de identidade tomando como estudo de caso um objecto patrimonial específico: o Castelo de São Jorge, em Lisboa.

Trata-se, por várias razões, de um monumento de grande relevância histórica no contexto do património cultural português. Esta relevância resulta, desde logo, do facto da antiguidade da ocupação humana deste espaço. Com efeito, os vestígios mais antigos de ocupação local encontrados no Castelo remontam ao século VI a.C., Idade do Ferro, ainda que apenas nos séculos X - XI se date a existência de uma edificação neste local, altura em que Lisboa era uma importante cidade portuária muçulmana.

A história do Castelo de São Jorge está, com efeito, profundamente relacionada com a da própria nacionalidade, o que faz com que este monumento seja um objecto de estudo privilegiado para analisar a produção das narrativas da identidade nacional portuguesa. Está, desde logo, profundamente associado aos momentos fundacionais da nação portuguesa, nomeadamente à data de 1147, quando D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, conquista a cidade e o Castelo aos mouros. Entre os séculos XIII e XVI, o castelo acolhia o Paço Real, onde se instala o rei, a corte e os serviços do tombo, o que demonstra a associação do castelo à centralidade do poder régio.

Contudo, no século XVI, devido aos danos provocados pelo terramoto de 1531, e também devido a uma transferência do centro de poder para a zona ribeirinha na Baixa da cidade, a residência real e a corte transferem-se para a Praça do Comércio, ainda que em meados do século XVI, D. Sebastião tenha mandado reedificar o Paço para aí estabelecer residência, ficando assim na história como o ultimo rei a residir no Paço Real do Castelo. A partir de 1580, com a dominação filipina, o Castelo retoma a sua importância militar, tendo também função de presídio, que será continuada até à reabilitação do Castelo em 1938-1940. Com o terramoto de 1755 o Castelo sofre graves danos, sendo que desapareceram numerosos edifícios, torres e troços da muralha. As inúmeras intervenções que têm ocorrido ao longo de todo o século XX e XXI demonstram as dificuldades em retirar os escombros do terramoto, optando-se por construir sobre esses escombros novos edifícios, ou deixar essas zonas baldias, o que revela a situação de progressiva degradação e dessacralização a que

este espaço foi votado durante séculos até aos finais do século XX, quando a amplificação dos sentimentos nacionalistas em Portugal faz reclamar a dignificação dos símbolos nacionais.

Como resultado deste processo, em 1910, com a implantação da República e como resultado dos seus ideais nacionalistas, o Castelo de São Jorge é classificado como monumento nacional¹. Mas a grande operação de monumentalização e sacralização do Castelo ocorreria em 1938-1940, como resultado da intervenção de restauração do Castelo realizada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Esta acontece por ocasião do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade, um evento promovido pelo Estado Novo que teve por objectivo ir ao encontro da recuperação da grandeza do Império, da reconstrução da história de Portugal, e de engrandecer o que é nacional. São estas reivindicações que o regime vai usar para se legitimar a si mesmo, privilegiando uma imagem de prestígio do poder que tenta passar para o exterior. Para o culminar da exaltação do regime e do Estado Novo, Salazar mandou organizar a Exposição do Mundo Português que vem como um símbolo do período áureo do regime e da sua propaganda.

Nestas comemorações o Castelo de São Jorge teve um lugar de destaque, sendo escolhido para simbolizar a nacionalidade e a independência de Portugal, e também Salazar e o seu regime. A área monumental do Castelo foi objecto de obras que levaram à destruição de edifícios dos quartéis e à recriação de um castelo medieval. A Praça Nova foi desimpedida de edifícios que antes serviam de apoio aos quartéis, tomando o aspecto que actualmente conhecemos. Esta intervenção no Castelo pôs a descoberto algumas das estruturas antigas do Paço Real da Alcáçova e do castelejo² que se encontravam soterradas. Mas, a

¹ O reconhecimento do valor histórico patrimonial do Castelo deu-se quando foi classificado como Monumento Nacional em Decreto de 16 de Junho de 1910 pelo último rei de Portugal, D. Manuel II. A área classificada em 1910 integrou um conjunto de património constituído pelo Castelo e as muralhas e por alguns edifícios que outrora faziam parte do antigo Paço Real da alcáçova, ocupados então pelo quartel militar, e por uma área designada hoje por Praça Nova que encerra vestígios de várias épocas, com destaque para o conjunto residencial da época Islâmica.

² O antigo Paço Real da Alcáçova compreende todo o conjunto edificado onde se encontram hoje instalados o Núcleo Museológico, o Café do Castelo, o restaurante Casa do Leão. As salas que se conservaram, foram naturalmente muito alteradas pelas sucessivas intervenções e adaptações

intervenção do Estado manteve-se apenas pelo monumento Castelo, não se tendo alastrado ao sítio que continuou ao abandono, acentuando-se assim, e cada vez mais, a desarticulação entre o monumento e a zona habitada.

Mais recentemente, entre 1996 e 2008, ocorreu uma investigação arqueológica resultado de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa, a EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural) e o Instituto Português do Património Arquitectónico. Esta parceria inaugura-se também com o propósito de reabilitação e valorização social, económica e ambiental da zona monumentalizada do Castelo de São Jorge e da actual freguesia do Castelo - uma das freguesias originais da cidade de Lisboa - criando-se assim as bases para se permitir uma melhoria das condições de vida da população e para potenciar as possibilidades turísticas da freguesia.

Verifica-se, portanto, uma reactualização dos usos simbólicos e políticos do património, neste caso do Castelo de S. Jorge. Se na intervenção de 1940 se tratava de enaltecer um conjunto de ideias do Estado Novo, sobretudo a ideia da profundidade histórica da nação, ideia esta que legitimaria o próprio regime que era apresentado como seu guardião, na intervenção que se inicia no final do século XX, a par da melhoria das condições de vida e da salubridade do local, volta a enaltecer-se a profundidade histórica da nação para potenciar as possibilidades turísticas da freguesia e da cidade. Neste trabalho procura-se, assim, analisar a forma como os usos simbólicos e políticos do passado se vão actualizando aos contextos à medida que estes mudam.

No caso concreto em análise, estas mudanças reflectem as profundas transformações verificadas nas últimas décadas em Portugal.

Têm ocorrido em Portugal, nas últimas décadas, profundas transformações. Se, por um lado, os processos de globalização têm originado a homogeneização dos padrões de cultura

funcionais que foram recebendo ao longo dos séculos, mas constituem parte das memórias mais significativas da antiga residência real medieval. Já o castelejo representa a fortificação mais antiga, situada a meia encosta, apresentando ainda alguns vestígios característicos das construções militares islâmicas.

e modos de vida, por outro lado tem-se verificado a crescente procura de formas de afirmação de culturas locais e regionais, a busca pelas tradições e manutenção da memória.

O aumento da imigração, o aumento dos fluxos turísticos e a entrada na União Europeia vieram alterar a configuração da identidade portuguesa, que se alarga para incluir a diversidade. Por outro lado, tem-se assistido a uma revitalização das culturas locais e regionais que procuram afirmar as suas diferenças no contexto global. Como refere Marta Anico, “(...) o património assume particular relevância enquanto manifestação da procura do lugar, de identidades e subjectividades, uma procura suscitada pelos processos de globalização e pós-modernização de cultura” (Anico, 2008:159). Desta feita, surgem associações de defesa do património local e museus locais: “Observa-se uma (re)valorização do património enquanto referente identitário que caracteriza e define o local, muitas vezes sob a influência directa de grupos locais, perante a crescente dissolução de fronteiras territoriais e simbólicas, e que se concretizam na criação de museus locais” (Anico, 2008:164). As culturas locais procuram os seus traços característicos, tentando inclui-los no mercado global, mas, ao mesmo tempo que adaptam os mesmos aos padrões globais, com o objectivo de combater o esquecimento e indiferença. Estes processos de activação do património vão assim contribuir para a conservação dos referentes patrimoniais, para a consolidação da identidade local, para a atracção de visitantes e para a captação de investimentos exteriores.

Desta forma, a presente investigação pretende debruçar-se sobre a ligação entre memória e identidade. Como refere Elsa Peralta, “As comunidades humanas, desde os pequenos grupos aos Estados-Nação, sempre dependeram da memória para assinalar e fortalecer o seu sentimento de pertença a um espaço simbólico e para conferir o seu sentido de continuidade ao longo do tempo” (2008:23). Assim, memória e identidade são dois conceitos estreitamente relacionados. A memória como mecanismo de partilha de versões do passado é um alicerce essencial à manutenção de identidades. Além disso, memória e identidade são consideradas construções sociais, culturais e políticas como forma de adaptação às condições do presente. No entanto, actualmente “a memória é menos estável, mais fragmentária, mais plural, e eminentemente artefactual, com profundas implicações ao nível da construção das identidades culturais, privilegiando a dimensão narrativa do suporte cultural em detrimento da dimensão vivencial reproduzida no seio do grupo social” (Peralta, 2008:24). Esta perda de estabilidade e de sentimento de pertença tão característica os tempos contemporâneos origina aquilo que Andreas Huyssen (2003) chama de *Cultura de*

Memória, o que se vai traduzir numa crescente activação de repertórios patrimoniais (Prats, 1997) com a revitalização de centros históricos, recuperação de monumentos, criação de museus de carácter local, maior procura de turismo cultural e consequentemente com o surgimento de um mercado virado para essa busca do passado, para a nostalgia. No entanto este processo está longe de estar acabado visto que as identidades se vão alterando ao longo da vida dos indivíduos e consequentemente dos grupos a que eles pertencem (Amante, 2007:18-19).

Assim sendo, a presente investigação pretende debruçar-se sobre a forma como na freguesia de Santa Cruz do Castelo e o próprio Castelo são apropriados e vividos na actualidade, na medida em que contém um discurso simbólico e identitário marcadamente cultural e histórico. Pretende-se também perceber de que forma as noções de memória e identidade são articuladas, ou seja, quais os mecanismos de activação da memória para a manutenção de uma identidade, num espaço concreto que é a Freguesia de Santa Cruz do Castelo.

Pretende-se também conhecer e interpretar os significados atribuídos pelas diferentes gerações que aí habitam atribuem à zona, bem como a forma como as gerações actuais percebem e vivem esses locais. Também se pretende analisar a forma como os locais representam os acontecimentos que ali se passaram, visto que as conceptualizações de cada um são diferentes conforme as suas experiências, memórias do lugar e valores culturais.

Neste sentido que, com esta dissertação, procuro também verificar as transformações que têm ocorrido na freguesia de Santa Cruz do Castelo e de que forma estas têm influenciado o quotidiano da população da freguesia. Procuro ainda perceber de que forma a memória dos residentes é preservada e mantida, as diferenças entre o discurso oficial e a memória vivida, e ainda de que forma a identidade e memória dos habitantes da freguesia do Castelo se manifesta no seu quotidiano. Além do mais, pretendo perceber de que forma se dá a relação entre os turistas e os habitantes, na perspectiva dos últimos.

A presente investigação pretende ainda contribuir para um maior desenvolvimento dos estudos olissipográficos, mais concretamente da freguesia em estudo através de uma visão antropológica, visto que bairros como o Castelo, Alfama, Mouraria, entre outros, têm sido

alvos de representações e significados que são formados exogenamente, mas que os bairros os incorporam como sendo seus (Costa, 1999).

3. Instrumentos Metodológicos

A realização de qualquer trabalho de investigação nas Ciências Sociais pressupõe o recurso a diversos métodos e técnicas de recolha de dados.

Em primeiro lugar é necessário realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema de pesquisa. Desta forma iniciei a pesquisa em diversas bibliotecas académicas: no ISCSP, uma opção natural dado ser a minha casa de formação, no ISCTE, na Biblioteca Nacional, no Centro de Estudos Olisiponenses. A pesquisa começou a ser preparada em Janeiro de 2010, altura em que comecei a pensar o tema de pesquisa. No entanto, a problemática apresentada nesta dissertação é fruto de diversas alterações que foram surgindo resultado de dúvidas acerca da pertinência do estudo e também de sugestões por parte da minha orientadora, Elsa Peralta.

A minha pesquisa incidiu nos temas fulcrais que iriam ser abordados nesta dissertação: a questão da memória, a identidade nacional, a história relacionada com o Castelo de São Jorge, e, mais particularmente a freguesia de Santa Cruz do Castelo (esta pesquisa relacionada com o meu objecto de estudo teve especial lugar na Biblioteca Nacional e no Centro de Estudos Olisiponenses).

Com o trabalho de pesquisa documental foi possível assegurar-me da relevância do tema em estudo, bem como da sua pertinência para a actualidade e da sua delimitação teórico-conceptual. Consultei ainda os dados estatísticos do INE dos últimos censos (2001) relativos à freguesia de Santa Cruz do Castelo de forma a tomar conhecimento acerca da distribuição da população, aos seus vários níveis.

A pesquisa qualitativa foi a minha principal opção em termos metodológicos, já que esta permite um estudo mais aprofundado do que a metodologia quantitativa. Como técnicas privilegiadas optei pela observação participante e pela entrevista qualitativa semi-estruturada.

A observação participante é o envolvimento directo que o investigador de campo tem com um grupo social que estuda dentro dos parâmetros das próprias normas dos grupos (Iturra, 1999). As entrevistas semi-estruturadas baseiam-se num guião de entrevista composto por questões que o investigador pretende abordar. Neste tipo de entrevistas também podem ser introduzidas outros assuntos que surjam no decorrer da conversa e que o investigador considere fulcrais para obter mais informações sobre o tema desejado (Sampieri, 2006).

Identifiquei ainda duas categorias de informantes que incluem por um lado os responsáveis políticos da Junta de Freguesia de Santa Cruz do Castelo e, por outro, a população residente e comerciante da freguesia. Inicialmente desloquei-me à freguesia para tentar perceber as dinâmicas que ali ocorriam. Numa dessas deslocações dirigi-me à junta de freguesia de Santa Cruz do Castelo onde encontrei o Presidente da mesma, e com quem tive uma conversa informal acerca de diversas circunstâncias da freguesia, o que me abriu horizontes na formulação dos guiões de entrevista posteriormente utilizados, e também dos temas mais importantes para a freguesia. No que diz respeito à população residente, tive a sorte de conseguir um estágio numa empresa hoteleira, o que me proporcionou o encontro com aquele que mais tarde se tornaria um dos meus informantes. Durante esse estágio aproveitei todas as oportunidades para perceber mais acerca das dinâmicas da freguesia através de conversas informais, embora tenha realizado também uma entrevista semi-estruturada com o meu colega/informante. Relativamente às entrevistas aos responsáveis pela Junta de Freguesia, mesmo depois das primeiras conversas surgiram-me outras dúvidas que me levaram a solicitar outras conversas para complementar as minhas informações.

Nas minhas visitas ao terreno optei também por percorrer todo o espaço da freguesia, fazendo o levantamento de todo o comércio existente na zona.

Como já referi, optei pela entrevista semi-estruturada como técnica privilegiada para a realização deste estudo: “Além do mais, devido à simplicidade de elaboração e à correspondência com as conversas de rotina na vida social quotidiana, este tipo de entrevista é muito frequentemente preferido pelos estudantes nos seus projectos de pesquisa” (Moreira, 1994).

As entrevistas semi-estruturadas baseiam-se num guião de entrevista composto por assuntos/questões que o investigador pretende abordar. Neste tipo de entrevista o investigador também pode introduzir outras questões, no decorrer da conversa, de forma a obter mais informação sobre os temas pretendidos e em função de um determinado objectivo. A entrevista tem a particularidade de dar lugar a uma relação social entre o entrevistador e o entrevistado. Neste contexto há varias questões que podem ser impeditivas ou facilitadoras da aquisição dos dados pretendidos. Estas questões podem ser a imagem, a experiência em si, as expectativas que se criam em relação ao encontro, e as temáticas abordadas que podem ou não ser confortáveis, especialmente para o entrevistado.

No entanto, este trabalho também contou com a experiência de terreno que resultou de várias incursões ao campo com o intuito de observar as realidades que ali se passavam e que me permitiu tirar as notas de campo: “A observação comum e generalizada pode transformar-se numa poderosa ferramenta de investigação social e em técnica científica de recolha de informação se: a) for orientada e focalizada para um objectivo concreto de pesquisa, previamente formulado; b) planificada sistematicamente em fases, aspectos, lugares e pessoas; c) controlada e relacionada com preposições teóricas; d) submetida a controlos de objectividade, fiabilidade e previsão” (Moreira, 2007:177).

Desta forma pode-se dizer que pratiquei a observação participante conforme formulada por Denzin (1970): “Há uma curiosa mistura de técnicas de pesquisa na observação participante: entrevistam-se pessoas, analisam-se documentos, compilam-se estatísticas, recorre-se a informantes e realiza-se observação directa. Sendo assim, a observação participante será definida como uma estratégia de campo que combina simultaneamente a entrevista, a participação, a análise de documentos e a introspecção” (1970:185).

Não há dúvida de que o trabalho de campo seja um método científico, no entanto é também uma experiência que marca o investigador a nível pessoal. Como refere Moreira “o trabalho de investigação, em especial a investigação avançada, é visto, com frequência, como um período de incerteza, ambiguidade e falho de estrutura. O futuro apresenta-se incerto até se tornar um facto passado” (1994:11).

No meu caso, a questão do trabalho de campo foi inicialmente agonizante. Dadas as minhas características individuais, em especial o factor timidez, foi-me difícil iniciar conversas, particularmente quando as pessoas não se mostravam receptivas. No entanto, fui tentando ultrapassar essa questão, embora, talvez por culpa minha não tenha tido muito sucesso nas primeiras conversas informais. De qualquer modo isso ainda se agravou mais quando o próprio Presidente da Junta de Freguesia do Castelo me disse que talvez não fosse fácil, até porque as pessoas já estavam cansadas de tantas perguntas e intervenções, especialmente desde a questão do Projecto Integrado do Castelo. O facto é, que na abordagem informal, de rua, senti uma desconfiança generalizada, excepto nas entrevistas qualitativas, que ocorriam de forma um pouco mais positiva, já que as pessoas acabavam por ficar um pouco mais à vontade, embora não totalmente, e me dessem muitas respostas curtas, quase de “sim ou não”.

Portanto, este trabalho foi muito importante a nível pessoal, na medida em que pôs em confronto vários aspectos da minha personalidade e pôs à prova as minhas aptidões emocionais, até conseguir um distanciamento suficiente para uma análise criteriosa dos dados recolhidos e registados no diário de campo.

Parte I – Memória, Identidade e Património

1. Memória Social: perspectivas de estudo e abordagens teóricas

O tópico da memória social tem sido amplamente estudado por diversos autores que se têm dedicado a perceber como é que a memória se transmite socialmente e de que forma influencia ou é influenciada pelas sociedades. Desta forma trata-se de um vasto campo de estudo de difícil delimitação conceptual já que tem sido abordado por diferentes áreas disciplinares. Só muito recentemente as ciências sociais têm dedicado uma maior atenção aos estudos da memória, embora outras ciências como a filosofia e a psicologia lhe tenham dado importância desde o século XIX. No campo das ciências sociais, os discursos de memória emergiram no ocidente na década de 1960, “no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas” (Huysen, 2000:10), sendo que na década de 1980 tiveram um grande impulso. Apesar do grande interesse que este conceito tem suscitado, “são raros os títulos publicados, no país ou no estrangeiro, que ofereçam uma clarificação do corpo teórico específico deste âmbito de estudo” (Peralta, 2007:4).

É Halbwachs quem inicia uma conceptualização da memória enquanto fenómeno colectivo. Para este autor, a principal função da memória é a de promover a relação entre os membros do grupo com base no seu passado colectivo, dando uma ilusão de continuidade que irá favorecer a manutenção da identidade do grupo. Para este autor é a identidade colectiva que constrói a memória, visto que o indivíduo apenas recorda enquanto membro de um grupo social. Como refere, “É na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias” (1992 [1925]:38). A memória e a identidade são assim sistemas estáticos que permitem a coesão social. Desta forma, as memórias individuais são condicionadas pelos padrões colectivos. Este determinismo a que Halbwachs sujeita a memória foi criticado dando origem a novas teorias sobre o tema da memória. No entanto, este autor não deixa de ser uma referência clássica nos estudos da memória, denotando uma grande actualidade, já que “A premissa de que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado colectivo e que essa memória é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais é ainda o ponto de partida de todos os estudos sobre esta matéria” (Peralta, 2007:7).

As críticas à teoria de Halbwachs originaram então novas teorias no que concerne ao conceito de memória. Para evitarem o excessivo determinismo colectivo a que o indivíduo é sujeito, Fentress e Wickham (1992) preferem a denotação “memória social” em detrimento da denominação “memória colectiva” de Halbwachs.

Outro reparo feito à teoria de Halbwachs prende-se com a negligência da memória como produto do poder político. Esta “teoria das políticas da memória” ficou também conhecida por “teoria da invenção das tradições”. Os investigadores mais distintos desta abordagem são Hobsbawm e Ranger, com a sua obra *The Invention of Traditions* (1983).

"Tradição inventada" entende-se por um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras implícita ou abertamente aceites, bem como um ritual de natureza simbólica, que visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que automaticamente implica continuidade com o passado" (Hobsbawm, 1983:1)

Segundo esta abordagem, as imagens do passado são estrategicamente “inventadas” ou reconstruídas para servir os sectores políticos instituídos. Assim, pretende-se perceber de que forma a memória social é controlada e imposta socialmente para favorecer as necessidades do presente. No entanto, Hobsbawm reconhece a diferença entre tradições inventadas e adaptação de tradições. Quando uma tradição é inventada é porque já não está viva na sociedade, ou já não é viável (1983:8). Há assim três tipos e invenções da tradição: aquela que tem o propósito de estabelecer ou simbolizar a coesão social entre os membros do grupo, aquela usada no estabelecimento ou legitimação de instituições ou relações de autoridade, e aquela cujo principal propósito é a socialização, a indução de sistemas de valores e normas de comportamento. A importância do estudo da invenção da tradição deve-se ao facto de este fornecer pistas para problemas na sociedade que de outra forma poderiam passar despercebidos, e também para perceber a forma como as pessoas se relacionam com o passado. A este propósito, Llorenç Prats (1997) considera que invenção se refere sobretudo a processos pessoais e conscientes de manipulação, enquanto a construção social se associa principalmente a processos inconscientes e impessoais de legitimação. Embora a validade desta abordagem seja indiscutível, há algumas reservas em relação a alguns dos seus postulados. Entre elas está a desvalorização da dimensão experiencial e o facto de que embora as tradições sejam sempre, de alguma forma, inventadas, isso não significa que a memória social se reduza a isso, na medida em que estão envolvidos diversos actores sociais e transformações

constantes na sociedade. Assim, devem ser tidas em conta outras formas de memória paralelamente às memórias oficiais (Peralta, 2008).

É neste seguimento que surge a abordagem da memória popular. Esta teoria vai colocar em confronto as representações oficiais do passado emanadas pelos poderes políticos instituídos com as representações desse mesmo passado por parte de segmentos sociais que não aderem à versão oficial, visto que qualquer representação do passado deve incluir as memórias dos grupos sociais. A teoria de Foucault vem ao encontro desta abordagem na medida em que o poder se encontra distribuído pelas várias classes sociais e nos diversos contextos da vida social. Desta forma, não há verdades absolutas; há sim, diferentes discursos. A própria memória está constantemente a ser revista. Assim surge o conceito de contra-memória. A contra-memória são as representações não oficiais do passado, que consoante forem adquirindo popularidade se podem tornar no discurso dominante para uma sociedade. Segundo o *Popular Memory Group*, a memória social é “um espaço de contestação entre diferentes vozes, cada uma delas procurando fazer ouvir a sua versão do passado” (Peralta, 2007:14). Os estudos de memória social devem assim, ter em conta as duas versões do passado, a do discurso oficial e a de grupos resistentes. Os estudos mais recentes assumem a construção da memória como um processo dinâmico que resulta de diferentes discursos e narrativas.

É deste processo dinâmico que Paul Connerton fala na sua obra *Como as Sociedades Recordam* (1993). Connerton incidiu-se na problemática da memória, distinguindo entre memória pessoal, memória cognitiva e memória habitus. O primeiro tipo de memória refere-se aos actos que recordamos como fazendo parte da nossa vivência pessoal, é a nossa história de vida. A memória cognitiva consiste nas “utilizações do verbo “recordar” (1993:27) em que recordamos aquilo que aprendemos. Por fim, a memória *habitus* abrange a capacidade de cada um de reproduzir determinada acção, como ler, escrever ou andar de bicicleta, que é induzida mediante a socialização no seio de determinado grupo, especialmente a família. Neste caso, é comum não nos lembrarmos de quando e como aprendemos a acção, já que a fazemos automaticamente quando é necessário. Além disso, o passado não influencia apenas o nosso modo de pensar e de fazer as coisas mas também a maneira como as fazemos, passando determinados comportamentos gestuais, técnicas. Segundo o autor o nosso conhecimento do passado influencia em grande medida a nossa experiência do presente. Desta forma, pode-se explicar a dificuldade de comunicação entre gerações pois embora as diferentes gerações estejam presentes num mesmo cenário,

podem estar mentalmente isoladas umas das outras. Assim, as imagens do passado e o conhecimento que dele provêm são transmitidos e conservados através de rituais. Connerton utiliza o conceito de Lukes para definir ritual como “a actividade orientada por normas, com carácter simbólico, que chama a atenção dos seus participantes para objectos de pensamento e de sentimento que estes pensam ter um significado especial” (1993:52). Há duas maneiras de trazer o passado ao presente. Estas são representar e recordar. “Representar consiste numa espécie de acção, em que o sujeito, tomado por desejos e fantasias inconscientes, os revive no presente com uma impressão de proximidade que é intensificada pela recusa, ou incapacidade, do analisando em reconhecer a sua origem e o seu carácter repetitivo” (1993:31). Recordar é “não lembrar acontecimentos de uma forma isolada” (1993:32), é integrar os acontecimentos num “esquema”.

A representação e a recordação do passado são, segundo Pierre Nora, um dos mais proeminentes investigadores do campo de estudos da memória social, condensados em lugares de memória (Olick, 1999). Na visão de Nora, os *liex de mémoire* são “lugares onde a memória se cristaliza e segrega em si um momento particular da história” (Nora, 1989:7). Estes lugares de memória existem porque já não há ambientes reais de memória (Nora, 1989). A origem dos lugares de memória é o sentimento de que já não há memória espontânea, desta forma, temos que criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, de modo a manter uma ligação com o passado, e a criar a ilusão de eternidade, pois este tipo de actividades já não ocorre naturalmente. Nora diferencia ainda os lugares de memória (*lieux*) com o meio onde a memória é vivida e experienciada (*milieux*), dado que o meio social onde a memória era reproduzida desapareceu, permanecendo apenas resquícios da mesma. Assim, um lugar de memória é um lugar carregado de recordações, que adquire uma grande centralidade para as pessoas ao suportar a sua memória colectiva.

“Os lugares de memória são simples e ambíguos, naturais e artificiais, uma vez disponíveis para a experiência concreta tornam-se susceptíveis das elaborações mais abstractas. Com efeito, eles são lugares de memória nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional” (Nora, 1989:19).

“Os lugares de memória são, assim, sintomas da ruptura e do fim da continuidade baseada na tradição” (Peralta, 2008:105).

Nora (1989) faz ainda o confronto entre memória e história, dizendo que estão longe de ser sinónimos. Enquanto a memória é a ligação ao presente, e está em permanente evolução, a história é a representação do passado, a reconstrução do que já passou. Ao contrário da história, a memória é rodeada de afectividade. No entanto, a história e a memória estão intimamente relacionadas. Como exemplo disso podemos ter em conta as políticas da memória que, não raras vezes, utilizam a história como forma de validação simbólica (Peralta, 2008).

Tal como para Nora, também para Andreas Huyssen (2000) a sociedade ocidental está obcecada com a memória, isto porque desde o final da década de 1970 se pode observar na Europa e nos Estados Unidos uma procura exponencial de práticas memorialistas que vão desde a restauração de centros urbanos, à criação de museus passando pela comercialização em massa da nostalgia através de fotografias, literatura, documentários. “Não há dúvida que o mundo está sendo musealizado ... É como se o objectivo fosse conseguir a recordação total” (Huyssen, 2000:15). Este autor refere ainda um paradoxo trazido pelo enfoque na memória: o esquecimento. Muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são memórias imaginadas, portanto bastante mais passíveis de esquecimento que as memórias vividas. Daí a existência de uma crítica aos meios de comunicação que nos disponibilizam cada vez mais informação, e portanto, cada vez mais memórias. Desta forma pode-se constatar que a memória é grandemente influenciada pelas novas tecnologias. Outra razão dada para a grande procura de preservação da memória prende-se com a descrença no futuro e com o cepticismo em relação ao progresso da modernidade. Assim, “o passado está vendendo mais que o futuro” (2000:24). A conjugação da crescente mudança tecnológica, dos novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global levam as sociedades a privilegiar o passado em detrimento do futuro e a responder favoravelmente aos mercados da memória. Para Huyssen, “precisa-se da memória e da musealização, juntas, para construir uma protecção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o continuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço” (2000:28). Kevin Walsh partilha da mesma opinião ao dizer que “Mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, algumas pessoas podem ter reconhecido uma tendência para a globalização - o potencial de homogeneização cultural - e, assim, viram a necessidade de proteger e promover o que ficou como uma metáfora para as características da nação” (1992:72). No entanto, a musealização não pode compensar toda a destruição causada pela modernização. Para Huyssen, tal como para outros autores como Hobsbawm, a memória também está relacionada com o poder político. Como ele refere na sua obra *Seduzidos pela Memória*

(2000), “as culturas de memória estão intimamente ligadas, em muitas partes do mundo, a processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil” (2000:34). Segundo este autor, as práticas de memória cultural, mesmo que não declaradamente políticas, revelam sempre a necessidade de continuidade das sociedades por efeitos da já referida revolução da informação que cresce exponencialmente. Assim, “as práticas de memória nacionais e locais contestam os mitos do cibercapitalismo e da globalização com a sua negação de tempo, espaço e lugar” (2000:36). No entanto a memória vivida continua a ser válida e passível de mudança, não podendo ser eternamente encerrada em monumentos ou sistemas digitais.

John Urry, no seu artigo *How societies remember the past* (1996), sugere que a forma como as sociedades recordam o passado é um elemento fulcral para a teoria social. Urry considera que se deveria dar mais importância à questão do tempo. Esta importância do tempo prende-se com o facto de este ser uma construção humana, uma forma de comunicação, no entanto as pessoas não pensam o tempo como algo abstracto, experienciando-o qualitativamente. Apenas recentemente se começou a incorporar o tempo nas ciências sociais. Este autor indica também que a forma como as sociedades recordam o passado está reflectida no presente. “Assim, enquanto o presente é visto como real, o passado e o futuro são ideacionais ou o que diria agora representacionais. O passado é incessantemente construído no e através do presente” (1996:48). Urry refere também a cidade como um repositório de memórias e do passado. Essas memórias estão presentes nos edifícios, artefactos, fotografias provocando sentimentos de nostalgia. No entanto, tal como acontece no caso dos museus, o mesmo objecto pode provocar diferentes sentimentos nos diferentes receptores.

A nostalgia do passado tem vindo a despertar um certo culto da memória. À medida que se dá a abertura das sociedades e se assegura o processo de globalização, como indica o trabalho de Huyssen, as pessoas são tentadas a interessar-se mais pela história pessoal, ao mesmo tempo que cresce o interesse pela cultural local e regional. Esta tendência para um renascimento das culturas locais traduz muitas vezes uma vontade de reencontrar uma identidade. Esta disposição está muitas vezes em consonância com o poder político. Desta forma, pode-se afirmar que existe uma relação indissociável entre memória e identidade. A busca pela memória é também uma busca pela identidade. A memória é um poderoso operador na construção da identidade. O património construído, a linguagem e os símbolos de uma nação têm uma enorme importância para a identidade da população, porque, para

além de dar sentido às coisas, alimentam a memória. Esta, ao conferir ao grupo sentido para o seu passado, identifica-o, contribui para a construção da sua identidade. Assim sendo, faz sentido debruçar-me de seguida sobre o conceito de identidade.

2. Identidades colectivas e processos de construção social do passado

A identidade é uma forma de agregação de pessoas, independentemente do quão diferentes possam ser individualmente. No entanto a identidade é também uma forma de distinção para com outra pessoa ou grupo (Peralta e Anico, 2009).

A identidade é um conceito complexo. Segundo Handler (1994), o termo identidade tem sido utilizado pelas ciências sociais como referencia a três aspectos da vida humana. Em primeiro lugar para pessoas individuais. Em segundo lugar para colectividades imaginadas como individuais. Por último, para o conjunto dos dois primeiros, especialmente no modo como os indivíduos assimilam elementos da identidade colectiva para a sua identidade própria (Handler, 1994:28). Na sua perspectiva a identidade tem sido consistente com uma ideologia nacionalista, sendo que as nações têm uma identidade única que pode ser definida por referência a um espaço, tempo e barreiras culturais precisas que são naturalmente suas e não fruto de uma construção simbólica. Segundo o autor, “o pressuposto mais básico da ideologia nacionalista diz respeito à preocupação com a existência de uma nação geográfica, histórica e culturalmente única. Acredita-se que a nação “nasce” indissoluvelmente ligada a um território limitado e a uma história particular; essas ligações são concebidas como naturais e arbitrarias” (Handler, 1985:211). As análises académicas recentes sobre identidade colectiva têm demonstrado alguma tensão entra a noção de que a identidade é imutável, e a noção de que a identidade é construída e reconstruída pela acção histórica, embora cada vez mais investigadores optem pela segunda hipótese como sendo a mais válida. Para Handler, falar de identidade é alterá-la, reconstruí-la. A identidade dos grupos não é imutável, não havendo uma resposta correcta para a questão “quem somos nós”, visto que se tem que ter em conta as múltiplas vozes do discurso identitário que podem ter diferentes entendimentos sobre a questão. Para o autor o conceito de identidade não é o melhor para a investigação académica sobre etnicidade, nacionalismo, preservação histórica ou criação de tradições. Os líderes étnicos e os ministros da cultura de todo o mundo falam em protecção e enaltecimento das identidades nacionais em termos da preservação do património, legislação, eventos culturais, e muitas outras acções e políticas. Este discurso identitário, embora global, é recente e prova mais acerca da rápida propagação de ideias sobre modernidade e etnicidade do que da preocupação colectiva sobre identidade (Handler, 1994:38).

Contrariamente a Handler, há autores que fazem o paralelismo entre identidade e nacionalismo. Tal é o caso de Anthony D. Smith na sua obra *A Identidade Nacional* (1997). Para Smith, “o nacionalismo, enquanto ideologia e movimento, deve ser intimamente relacionado com identidade nacional, um conceito multidimensional, e alargado de forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica” (1997:10). Smith define identidade nacional da seguinte maneira:

“Identidade nacional implica uma consciência de comunidade política, por mais ténue que seja. Uma comunidade política, por sua vez, subentende pelo menos algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade. Sugere também um espaço social claro, um território bastante bem demarcado e limitado, com o qual os membros se identificam e ao qual sentem que pertencem” (1997:22).

Assim, a identidade nacional tem como aspectos elementares “um território histórico ou terra de origem, mitos e memórias históricas comuns, uma cultura de massas pública comum, direitos e deveres legais comuns a todos os membros e uma economia comum, com mobilidade territorial para os seus membros” (1997:28). São estes os pressupostos que vão definir a nação.

“A identidade nacional e a nação são construções complexas, compostas por uma série de componentes interligadas – étnica, cultural, territorial, económica e político-legal. Estas exprimem os laços de solidariedade entre membros de comunidades, unidos por memórias, tradições e mitos partilhados, que podem ou não ter expressão nos seus próprios estados, mas totalmente diferentes dos laços puramente legais e burocráticos do estado” (Smith, 1997:30).

A identidade nacional tem também diversas funções externas e internas. As funções externas são territoriais, económicas e políticas. Entre as funções internas pode-se ter em conta a socialização dos membros como “nacionais” e “cidadãos”, e o estabelecimento de “um elo social entre indivíduos e classes, através do fornecimento de todo um repertório de tradições, símbolos e valores partilhados. Através da utilização dos símbolos – bandeiras, moeda, hinos, uniformes, monumentos e cerimónias – os membros recordam a sua herança comum e as suas características culturais, sentindo-se fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns” (Smith, 1997:31).

A doutrina nacionalista tem, no entanto, recebido algumas críticas de ser incoerente e incompleta “devido aos inúmeros tipos de personalidade nacional que existem na prática” (Smith, 1997:32). Outra crítica feita a este paradigma prende-se com o facto de desconsiderar as minorias étnicas, raciais e religiosas. Mas, o nacionalismo tem também aspectos positivos, entre eles, a legitimação de comunidade e solidariedade social, o resgate de obras e tradições perdidas ou a inspiração para resistir ao despotismo político (Smith, 1997). Mais ainda, o nacionalismo oferece estabilidade, segurança e o sentimento de continuidade com o passado (Eriksen, 1993).

Tal com Anthony D. Smith, também Ernest Gellner se debruçou sobre esta temática, na sua obra *Nacionalismo* (1998). Gellner, tal como outros teóricos, considera que a ideologia nacionalista surgiu como reacção à industrialização e ao desenraizamento das pessoas em relação às comunidades locais, visto que a industrialização implica a *homogeneização cultural* (Eriksen, 1993:104). Para Gellner, “o nacionalismo é um princípio político segundo o qual a semelhança cultural é o vínculo social básico. Os princípios de autoridade que existem entre as pessoas dependem, naquilo a que a sua legitimidade se refere, do facto de que os membros do grupo em questão pertencem à mesma cultura” (1998:19). O nacionalismo é a articulação entre cultura e organização e a unidade que o lidera é o Estado, cujos membros são designados por outros da mesma cultura nacional. Se a crença convencional é a de que o nacionalismo é necessário, há opiniões contrárias. A alternativa radical a esta convicção é a de que o nacionalismo é contingente, é uma invenção produto de um grupo de pessoas num momento histórico particular. Outra alternativa a esta situa-se numa posição intermédia: “nem o nacionalismo é universal e necessário, nem é contingente e acidental” (Gellner, 1998:30). Neste caso, o nacionalismo é uma consequência de determinadas condições sociais generalizadas e, portanto, o destino de todos os homens. A postura do autor é de negação de cada um dos extremos. Para Gellner, “o nacionalismo é na realidade necessário em determinadas condições (que sejam logo especificadas), mas estas condições por si mesmas não são universais” (1998:34). Além disso, para Gellner “os sentimentos nacionalistas modernos são particularmente marcantes, uma vez que muitas vezes não são objecto de artifício e podem até mesmo preceder a criação formal da entidade nacional” (Cohen, 1985:106).

Embora o nacionalismo - ideologia do estado moderno - seja um novo tópico para a antropologia, na terminologia clássica da antropologia social, o termo nação foi utilizado

incorrectamente para designar categorias de pessoas ou sociedades com maior ou menor uniformidade cultural (Eriksen, 1993:98).

Existem quatro categorias de explicação para a origem do nacionalismo: a primordialista, a perenialista, a modernista e a etno-simbólica (Smith, 1999). Os primordialistas sustentam a ideia de que o nacionalismo remonta à antiguidade, aos primórdios da existência humana. As nações são vistas como divisões naturais da humanidade, sendo que o nacionalismo é universal (Smith, 1999; Gellner, 1998). Para os perenialistas as nações não são naturais, mas sim *actores colectivos perenes* (Smith, 1999:5). As nações existiram sempre, ao longo da história, mas não são parte da ordem natural. Os modernistas consideram o nacionalismo recente, e fruto do processo de modernização, e como reacção à industrialização que implicou a “homogeneização cultural”. Desta forma, surge a necessidade de uma nova ideologia capaz de criar união entre os indivíduos no sistema social. O nacionalismo tem esta capacidade pois oferece segurança, estabilidade e sentimentos de continuidade com o passado (Eriksen, 1993). Assim sendo, “tanto as nações como o nacionalismo são fenómenos puramente modernos, sem raízes no passado” (Smith, 1999:6; Gellner, 1998; Hobsbawm, 1990). A teoria modernista também menciona os “usos da história”. Estes implicam a apropriação da história para servir um objectivo específico do presente. Nesta perspectiva o passado é modificável segundo as necessidades e as circunstâncias do presente (Smith, 2002). Ernest Gellner, Anthony Giddens, Hobsbawm, Benedict Anderson, entre outros inserem-se neste tipo de categoria explicativa, no entanto, a análise modernista sofreu algumas críticas tais como a negligência pela dimensão afectiva das nações e do nacionalismo, por não ter em conta o processo a longo prazo em que as gerações de sociedades foram sendo socializadas, e também por se concentrarem nas acções elitistas à custa das acções e crenças populares (Smith, 1999:9). É das críticas à análise modernista que emerge a teoria do etno-simbolismo histórico. Segundo esta perspectiva o nacionalismo é um movimento ideológico para a manutenção e produção da identidade, unidade e autonomia de um grupo social.

"Para os etno-simbólicos, o que dá ao nacionalismo seu poder são os mitos, as memórias, as tradições e os símbolos do património étnico e os modos pelos quais um passado popularmente vivido tem sido, e pode ser, redescoberto e reinterpretado pelos intelectuais nacionalistas modernos" (Smith, 1999:9).

A análise etno-simbólica considera que os mitos, as tradições, as memórias e os símbolos são reestruturados em cada geração, à medida que novas vivências vão sendo experimentadas. O etno-simbolismo dá assim muita importância à questão da história, na medida em que através desta disciplina se pode traçar as origens das nações e perceber qual será o seu caminho futuro, no lugar de fixar a formação de uma nação num período concreto da história. A história pode também auxiliar no reforço da memória através das evidências documentais e materiais. Esta perspectiva considera ainda que a memória é essencial à manutenção das identidades colectivas. Com base nestes pressupostos, Smith define nação “como uma população humana que partilha um território histórico, mitos comuns e memórias históricas, uma massa, uma cultura pública, uma economia comum e direitos e deveres legais e comuns a todos os seus membros” (1999:11). Na óptica da perspectiva etno-simbólica, o discurso sobre o passado pode ser contestado e sujeito a alterações, por isso, a identidade deve ser continuamente alvo de reinterpretação.

Benedict Anderson deu um grande contributo a esta temática com o seu conceito de comunidade imaginada. Uma comunidade imaginada corresponde a uma realidade simbolicamente construída na medida em que os seus membros acreditam na sua existência e sentem-se como pertencendo à mesma. Isto provoca um sentimento de identidade e pertença à comunidade, embora não seja necessariamente obrigatória a localização num território específico. Seguindo a mesma ordem de ideias, Anderson define a nação como sendo uma “comunidade politicamente imaginada” (1991:6). A nação é imaginada porque primeiro é pensada com os limites da fronteira, segundo porque é soberana, e terceiro como uma comunidade, “a nação é sempre concebida como uma forma de companheirismo profundo e horizontal” (1991:7).

Anthony P. Cohen debruçou-se sobre o conceito de comunidade na obra *The Symbolic Construction of Community* (1985). Para Cohen, as comunidades são construídas, simbolicamente, segundo a percepção dos seus membros. As comunidades são repositórios de significados e são referentes da sua própria identidade. Como refere Carlos Diogo Moreira, “Cada povo e cada comunidade criou – ou apropriou-se de – formas classificatórias específicas, marcas ou sinais que proclamam princípios abstractos de identificação e singularidade que suscitam a vivência intensa e personalizada de um «nós» intracomunitário específico que, em grau variável, afasta os outros como desiguais” (1996:20). A comunidade é uma construção simbólica na medida em que as pessoas dão significado aos símbolos à luz das suas vivências. Por esta razão, a distinção de comunidades e a existência de

fronteiras está presente na mente, e nos significados que as pessoas lhes atribuem. A comunidade está então na mente das pessoas que a ela pertencem, contendo em si a identidade colectiva do grupo. “A história é fantasticamente maleável” (Cohen, 1985:101) no sentido em que se usa o passado consoante os propósitos do presente. Isto acontece especialmente em alturas de intensa mudança social. “O carácter da comunidade é ser suficientemente maleável que pode acomodar todos os seus membros sem que estes sintam a sua individualidade demasiado comprometida” (Cohen, 1985:109). A maleabilidade da comunidade também se nota quando o autor diz que “a comunidade, quer seja local ou étnica, ou sob qualquer outra forma, não precisa de ser vista como um anacronismo da sociedade urbano-industrial. Pelo contrário, deve ser considerada como uma das modalidades de comportamento disponíveis no seio de tais sociedades (Cohen, 1985:117). Pode-se concluir que é possível encontrar características de comunidade nas sociedades urbanas contemporâneas. “As nações são comunidades onde se espera que os cidadãos estejam integrados no que diz respeito à cultura e à sua identidade própria, de um modo abstracto e anónimo” (Eriksen, 1993:105).

3. Património e materialidade da identidade

A materialidade da identidade concretiza-se, não raras vezes, no património. “Património e identidade são dois conceitos intimamente relacionados. (...) a identidade como a “essência” de um determinado colectivo humano; o património como a sua manifestação “natural”, que sobrevive ao decurso do tempo e que é preciso resgatar e preservar a todo o custo” (Peralta e Anico, 2006:1). A memória também é importante para a identidade. “Contexto e memória constituem a chave do património local” (Prats, 2006:197). Contexto diz respeito ao *como* e *quando* de qualquer actuação no campo do património. A memória é dos mais importantes patrimónios a nível local. Além disso, possibilita a reunião, a nível local, do conhecimento do passado; facilita, em parte, uma autogestão das activações patrimoniais por parte da população, tendo implicações directas entre a população e o património, e permite também contextualizar e interpretar todo o tipo de lugares, objectos e manifestações.

Primeiramente irei definir o que se entende por património cultural. A definição dada pela UNESCO na Convenção do Património Mundial sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, está presente no 1º artigo e diz que como património cultural são considerados os monumentos que sejam “obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; são também considerados os conjuntos de grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”; e também os locais de interesse, ou seja, “obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”.

Françoise Choay, na sua obra *A Alegoria do Património* (1992) examina o conceito de monumento³, sendo este uma prática que subentende o conceito de património. Monumento é definido como “qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se

³ O primeiro país a demonstrar preocupação com a conservação de monumentos históricos foi a França, onde, em 1830, é criada a Inspectoria Geral dos Monumentos Históricos e, em 1837, é criada a Comissão dos Monumentos Históricos.

recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (1992:16). Nesta definição, é notável a ligação que a autora faz entre o património e a memória. Mas, a invocação do passado através do monumento também contribui para a manutenção e preservação da identidade do grupo a que ele pertence. O monumento é a “garantia das origens” (1992:16) pois faz reviver no presente o passado glorificado e, não raras vezes, fantasiado, assegurando as incertezas e inquietudes do presente.

Segundo Juan Agudo Torrico (2006) o conceito de património diz respeito a “referentes culturais que se devem conhecer, valorizar e preservar pelo seu significado na composição de um determinado colectivo, e, em última análise, da própria Humanidade na sua diversidade cultural” (2006:21). Tal como Prats (1997) este autor considera o património como uma construção social, sendo que também é “historicamente determinada e passível de revisão” (2006:22). Além disso, “o conceito de património cultural (...) revela-se como um discurso aberto, abarcando conteúdos muito diversos (...) e integradores: os testemunhos seleccionados reflectem o conjunto da colectividade e das suas manifestações tecnológicas, sociopolíticas e ideológicas” (2006:27). Para Torrico a invenção de novos significados está muitas vezes distante da realidade, havendo uma excessiva mistificação do passado aliada a um crescente consumo da tradição com vista aos interesses do mercado. Também Luis Díaz G. Viana segue a mesma linha de pensamento ao definir “património cultural como um bem “próprio”, algo pertencente a todos os membros de uma comunidade que merece ser, como tal, social e politicamente defendido ou conservado” (2006:152).

“O património é sempre uma autodefinição cultural, materializada em estandartes públicos, que se fundamenta no passado e numa especificidade etnocultural, cujos elementos são articulados de forma arbitrária para servir o projecto colectivo, sendo que esse projecto é definido, as mais das vezes, por propostas de cunho ideológico emanadas das esferas políticas” (Peralta, 2003:86).

David Lowenthal no artigo *Identity, Heritage, and History*, refere-se ao conceito de património. Património é, segundo este autor, aquilo com que todos, “colectiva ou individualmente nos identificamos” (1994:41). “O património destila o passado em ícones de identidade, ligando os precursores e progenitores, com os nossos próprios antecessores e com os nossos sucessores prometidos” (Lowenthal, 1994:43). Desta forma podemos dizer

que o património é aquilo que demonstra a nossa dependência do passado. O património pertence a todos, pois são as coisas e ideias que nos dão a identidade colectiva. Podemos considerar que património são as heranças do passado, sejam elas tradições, património, memórias, que nos fornecem as bases para o sentimento de pertença, de identidade para com determinado grupo. Embora as histórias, tradições, memórias sejam distintas de grupo para grupo, no mundo inteiro há evidências de similaridade no que diz respeito ao património. Essas semelhanças notam-se ao nível da antiguidade, dos heróis da história com grandes actos de heroísmo, de continuidade (Lowenthal, 1994). A crescente busca pela identidade que se tem vindo a perder face aos efeitos da globalização e consequente ideia de homogeneização, origina esta busca pelo passado. "Exclusivo para nós, o nosso passado é diferente do de todos os outros. A sua singularidade valoriza a nossa superioridade " (Lowenthal, 1994:47). Lowenthal também distingue "património" de "história" (1994:49). Património não é científico, apenas precisa de ser aceite como fazendo parte da cultura pelos seus membros. Desta forma, o património dá lugar à fantasia, ao mistério, à invenção, ao contrário da história que é necessita de análise e comprovação científica. Este autor faz referência também à questão da escolha de momentos particulares do passado para legitimar o presente. Diz ainda que "as nações são únicas, não só no que elas escolhem para relembrar, mas também no que elas se sentem obrigadas a esquecer " (Lowenthal, 1994:50). No entanto, critica o facto de as identidades nacionais não darem espaço ao património individual ou local e à das minorias.

Nesta ordem de ideias, segundo Kevin Walsh, "O património parece ser o que só aparenta ser "alguma coisa ", uma imagem, um acontecimento histórico, ao invés de um edifício ou objecto que possui uma história, algo que se desenvolve através de um processo histórico, isto é, que muda" (1994:80).

Património tem tudo a ver com identidade na medida em que a identidade tem de ter materialidade. "(...) a ideia de que os objectos, ou a cultura material, podem resumir a identidade colectiva - e, ao sintetizá-la pode ser considerada como propriedade da colectividade - raramente é contestada" (Handler, 1985:194). O património, para ter significado, tem que ser baseada numa memória colectiva aprovada pelos membros da comunidade a que diz respeito, no entanto está também intimamente relacionada com visões do passado contraditórias, e não com uma visão unitária do passado, proporcionada por exemplo pela história (Peralta, 2009). Na introdução da obra *Heritage and Identity* (2009) organizada pelas investigadoras Elsa Peralta e Marta Anico, estas afirmam também que

património está estreitamente relacionado com as questões de poder e que, a escolha de recordar ou esquecer certos aspectos do passado está ligada com políticas de identidade. O património preserva ou renega eventos do passado, mas também os modifica de acordo com as necessidades do presente. Desta forma afirmam que “o património não é o evento original tal como ocorreu no passado, é sim uma representação dele” (Anico e Peralta, 2009:6). Na mesma linha de pensamento, Jonh Urry considera que o património diz respeito a “inadequações sociais e espaciais, sendo mascarada pelo mercantilismo, e que por vezes acaba por destruir elementos patrimoniais que era suposto serem preservados” (1990:99).

Segundo Kevin Walsh, a artificialidade é comum às representações de património, pois os sítios patrimonialmente activados são muitas vezes baseados em simulação. Essa simulação é baseada em diferentes factos históricos, “um *melting pot* de memórias históricas” (1992:103). Estas representações vão contribuir mais para uma amnésia histórica, do que propriamente para a manutenção das tradições e do passado. Uma das causas para este acontecimento é o facto de, não raras vezes, os locais sujeitarem a sua interpretação a pessoas que não tem conhecimentos sobre o sítio, em vez de pessoas que já esteja de alguma forma familiarizadas com os lugares (Walsh, 1992).

Segundo Barbara Kirshenblatt-Gimblet “o património é um modo de produção cultural no presente que recorre ao passado” (1998:7). A aposta na valorização do património, material ou imaterial vai permitir o rejuvenescimento de economias em locais que estão a desaparecer.

Com efeito, o sentimento de nostalgia é mais fortemente sentido em situações de crise ou de ansiedade (Urry, 1990; Smith, 1986). Como refere Anthony D. Smith, “um dos paradoxos da sociedade contemporânea é o seu apetite pela inovação associado a uma profunda nostalgia pelo passado” (1986:174). Os sentimentos de alienação nas sociedades contemporâneas originam a necessidade de ligação com o passado que se sente distante. Lowenthal (1985) considera que é o futuro que alimenta a nostalgia e ainda que as prospecções que a nossa sociedade enfrenta fazem o passado parecer o paraíso. A crescente valorização de identidades colectivas locais tem sido acompanhada por um sentimento nostálgico em relação ao passado. Nestas circunstâncias pautadas de instabilidade e insegurança em relação ao futuro, seja ela real ou imaginada, é fácil encontrar caminho por via de um sentimento nostálgico que origina o desenvolvimento de uma indústria da nostalgia em que o passado é recuperado e, não raras vezes, inventado.

Como Lowenthal diz "A nostalgia é hoje o lema universal do acto de olhar para trás (...) Uma vez que as pessoas adoram a nostalgia e acreditam firmemente que "o que é velho é necessariamente bom", os desenvolvedores capitalizam próximos de residências históricas, já que "o velho edifício agrega credibilidade e status para o novo edifício" (1985:4).

No entanto, a visão do passado como algo nostálgico é vista como simplista e redutora pois não reconhece a multiplicidade de eventuais interpretações por parte do visitante/consumidor. As experiências de vida devem ser tidas em conta abrindo espaço a diferentes interpretações, que podem ser negativas ou positivas, do património (Anico, 2005).

Ainda assim, é este interesse pelo passado que nas décadas de 1970 e de 1980 originou uma grande expansão dos sítios de interesse em termos de representação do passado, os já referidos "lugares de memória" de Pierre Nora. A procura de identidade e tradição fazem então parte das novas formas de consumo cultural, o que origina o desenvolvimento de inúmeras acções de activação patrimonial. Isto é aquilo que ficou denominado por diversos autores como *boom do património* ou *heritage boom*. "(...) o boom do património inclui museus ao ar livre e centros patrimoniais que muitas vezes se empregam das novas tecnologias para produzir experiências multimédia, e alguns museus já estabelecidos também decidiram adoptar algumas das técnicas de representação desenvolvidas por atracções patrimoniais" (Walsh, 1992:94).

O património é activado pelo poder político visando a legitimação simbólica das ideologias por si veiculadas através do recurso à memória colectiva. O património é uma recriação histórica que serve mitos, ideologias nacionalistas, crenças, favorecendo a coesão social com o fim de identificação colectiva e legitimando as instituições sociais de onde provêm esses mitos (Peralta, 2003).

À partida, o poder político faz actuar uma activação patrimonial que incida sobre elementos considerados importantes para a comunidade local (embora as invenções ou readaptações da tradição possam acontecer). Esta situação implica um diálogo entre o poder político e a comunidade, até porque se deve ter em conta a questão identitária da mesma. Esta questão torna-se particularmente relevante quando as localidades são submetidas a grandes transformações económicas, e quando as alterações sócio-demográficas são notáveis. A

activação de reportórios patrimoniais é considerada como um factor positivo na medida em que serve fins de identificação colectiva. Além disso, “a activação de reportórios patrimoniais cumpre, por um lado, o objectivo de conservação dos referentes identitários, e por outro, a reconversão de antigas instalações produtivas em atracções turístico-culturais” (Peralta e Anico, 2005:3). No entanto há opiniões divergentes que desaprovam este sistema considerando-o espúrio na medida em que falsifica o seu verdadeiro carácter identitário (Peralta, 2003).

O património tem três valores de uso que são: o político, o simbólico e o económico (Peralta, 2003). O património tem valor simbólico na medida em que necessita de ser reconhecido por parte dos membros da comunidade em que está inserido, e precisa de ter um significado importante para essa mesma comunidade. O valor político do património advém do facto de ser necessário o suporte político à activação do património, além de que muitas vezes este é activado para servir propósitos de legitimação política. O valor económico do património prende-se com o facto de este apenas existir por via da sua comercialização no mercado turístico, o que por sua vez só acontece caso tenha um valor simbólico elevado. Assim, pode-se dizer que os três valores de uso do património estão interligados. Mas, segundo Prats, “a virtude máxima do património é conservar o passado como instrumento do futuro, sempre em torno e ao serviço da comunidade” (2006:200).

Rhiannon Mason considera que o “património e o passado são importantes instrumentos através dos quais são reivindicadas e asseguradas posições de identidade” (2006:131). A invocação da tradição através do património permite legitimar as identidades. Aqui, a identidade torna-se numa mercadoria para reivindicações regionalistas ou nacionalistas. Desta forma reconstrói-se uma identidade que possa competir em termos de peculiaridade e exotismo, usando o património, de forma a que se possa reavivar zonas previamente condenadas ao abandono ou ao desaparecimento (Luis Diaz G. Viana, 2006).

Também Agustín Santana se debruçou sobre a temática do património cultural. Segundo este autor, “o património não é um bem herdado (...) Recebemos de gerações anteriores e legamos às futuras aquilo que se considera, ou antes, o que o colectivo com acesso à informação considera como sendo social e politicamente correcto” (2006:173). Segundo Santana, o que se passa é que os traços culturais e patrimoniais são processados através das ideologias nacionalistas, e de mitos contemporâneos, de forma a tornarem-se “produtos turístico-culturais” (2006:173), ou seja, o património é seleccionado e manipulado pelos

diversos actores do sistema turístico e patrimonial. No entanto, “tratando-se de projectos turístico-patrimoniais, o factor identitário não pode nem deve ser excluído. Mesmo nos casos de máxima atractividade turística, a vinculação identitária da população com o património é um factor importante que determina exigências e limitações” (Prats, 2006:194).

Llorenç Prats define património como uma construção social (1997:19), pois tem que ter valor e significado para o corpo social que o comporta. Para Prats, o património e as activações dos referentes patrimoniais são representações simbólicas da identidade. Pode-se então dizer que o património é uma construção, ou uma activação, segundo a teoria de Prats. O principal agente de activação patrimonial é o poder político, pois é o “principal construtor de museus, de parques naturais e arqueológicos, de catálogos de monumentos, de identidades” (1997:34). “Sem poder podíamos dizer que não existe património” (1997:35). No entanto, há outros agentes sociais que podem activar repertórios patrimoniais, mas estes necessitam de suporte por parte do poder político. Prats também refere que estas activações nasceram resultado da massificação do turismo aliada a fenómenos migratórios, que provocaram nas populações locais sentimentos de não pertença identitária. Assim, o património é largamente um fenómeno de representação e manutenção da identidade. Ao mesmo tempo, o património torna-se um recurso turístico, quer seja como motivo de visita autónomo (como é o caso dos templos egípcios), como associado a um produto turístico que associa atractivos lúdicos e património (tal é o caso de Paris), ou ainda como valor acrescentado para destinos turísticos que não têm o património como recurso principal (Prats, 1997:42). Elsa Peralta também expõe esta questão ao referir o “valor económico do património” (2003:87). Aqui, a dimensão simbólica do património sustenta a indústria turística que recria os elementos culturais e a própria história de forma a satisfazer a procura turística. No entanto, “o património que é inventado para satisfazer a procura turística não é menos autêntico do que aquele que é resgatado de um *corpus* cultural” (Peralta, 2003:87).

“Assiste-se, assim, à produção de um discurso patrimonial baseado na necessidade de preservação, salvaguarda e divulgação de referentes culturais locais que se consideram sob a ameaça de ruptura e de desaparecimento, em particular no que se refere a modos de vida tradicionais ou às experiências e vivências associadas à comunidade e ao lugar” (Anico, 2006:97).

O património sustenta um discurso identitário que permite ao homem relacionar o passado, o presente e o futuro, sendo também utilizado numa lógica de diferenciação em que o local

se apropria das novas formas de globalização, torna-as suas, afirmando a diferença. Esta é quase sempre promovida pelos poderes políticos. Este investimento no passado vai também ao encontro de exigências das populações cada vez mais preocupadas com o restabelecimento da ligação com um passado perdido, presente nas suas memórias. Desta forma os governos locais promovem a imagem do seu território, tentando valorizar as componentes tradicionais locais (por vezes reconstruindo e ficcionando a identidade local) de maneira a inseri-lo no mercado global. Num contexto de competição entre cidades pela atracção de investimentos, as características diferenciadoras de cada cultura e o seu respectivo património são exploradas de forma a poderem ser inseridas no mercado global.

“Por outro lado, a tradição, a memória, o património, atestam sobre a “qualidade de vida” das localidades, fornecendo ainda as bases para uma retórica de desenvolvimento por via da captação de fluxos turísticos capazes de inverter a situação de debilidade económica em que se encontram muitas localidades, cumprindo-se a promessa do adiado progresso por via do investimento na tradição (...) ao fixar uma imagem diferenciada do passado, o património fornece também uma prova de abertura ao exterior e à modernidade, permitindo quer o fortalecimento de identificações simbólicas específicas, quer a captação de visitantes e investimentos exteriores” (Peralta, 2006:78).

Ainda para mais, como refere Prats, “o património confere ao destino turístico um ar de distinção e respeitabilidade, além disso, não está sujeito, pelo menos *à priori*, à grave estacionalidade de outros recursos turísticos” (1997:43).

Com efeito, a autenticidade é uma questão importante, especialmente quando se fala em património e turismo. Jonh Urry, na obra *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies* refere a questão do envolvimento entre poder local, património e turismo na medida em que os poderes locais usam o turismo como forma de gerar emprego para as populações locais. No entanto, é necessário que estes mesmos poderes locais encontrem a sua própria marca diferenciadora como forma de atrair mais turistas. Como ele refere, “o mercado está muito mais diferenciado e certos lugares têm sido forçados a desenvolver estratégias de turismo com base naquilo que eu chamo de “reflexividade turística”. Essa reflexividade tem envolvido auditorias, instalações locais, desenvolvendo um plano de acção e metas de marketing adequadas a um nicho de mercado identificado” (1990:105).

Pode-se concluir que o património é mercantilizado em favor do turismo. No entanto, a exploração turística de recursos culturais permite incorporar o turismo nas estratégias económicas locais levando os habitantes locais a serem utilizados como estratégia económica ou participando dessa estratégia (Santana, 2006).

4. Dinâmicas de procura turística e a patrimonialização das cidades históricas

Para Carlos Fortuna, “as cidades (...) têm as suas próprias identidades” (Fortuna, 2001:231). A imagem da cidade é composta por diversos factores que podem ser materiais, funcionais ou simbólicos. A cidade não é apenas aquilo que faz ou produz, onde está localizada, mas é também “aquilo que parece, representa e oferece aos nossos sentidos” (Fortuna, 2001:233). A cidade, hoje, deve valorizar tanto o passado como o presente, no entanto, perante a superficialização e perda de raízes identitárias, os indivíduos procuram no passado a compensação para lapsos de valores. Perante esta situação, Carlos Fortuna introduz o conceito de destradicionalização. Segundo o autor, este conceito reconhece que nem a tradição, nem a inovação existem de forma absoluta, sendo a sua definição: “um processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, ao sujeitar anteriores valores, significados e acções a uma nova lógica interpretativa e de intervenção. Esta destradicionalização é movida pela necessidade de cada cidade revalorizar os seus recursos, reais ou potenciais, como forma de se reposicionar no mercado da concorrência inter-cidades, cada vez mais competitivo” (2001:234). Desta forma, reconstrói-se a tradição. A articulação entre o património histórico, o passado e a memória da cidade serve o fim de estratégia promocional da cidade, que funciona pela revalorização do património. Como é referido na Convenção da Protecção do Património Cultural da UNESCO (1972)⁴ devemos “receber de gerações anteriores e legar às futuras tudo o que se considera como tendo um valor excepcional”. É desta forma, e aplicando o conceito de Hobsbawm e Ranger (1983) de *invenção da tradição*, que se reinventa o significado histórico e a memória locais, transformando o mesmo em capital capaz de atrair investimento e turismo. Assim, o que acontece é a adaptação da tradição aos tempos modernos em vez da sua destruição e substituição. “O passado, que se destradicionaliza e, por isso, se torna historicamente novo, diz respeito ao fim do privilegio da sua interpretação por apenas alguns e à sua crescente procura ou instrumentalização por um número cada vez maior de sujeitos, grupos e instituições” (Fortuna, 2001:236).

⁴ A UNESCO é a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization). Foi criada em 1945. O seu principal objectivo é o de contribuir para a paz, desenvolvimento humano e segurança no mundo, promovendo ainda o pluralismo, reconhecendo e conservando a diversidade, promovendo a autonomia e a participação na sociedade do conhecimento.

“A concentração de património cultural constitui a característica definitiva das cidades históricas e a base do seu atractivo como destino turístico” (Vaquero,2006:26). É o património que constitui a identidade das cidades históricas, tornando-se também no seu principal atractivo. A gestão das cidades histórico-patrimoniais e da sua imagem deve ser orientada no sentido de valorizar as suas particularidades, em que o presente e o passado se encontram para dar forma a um espaço físico, social, económico e cultural agradável e atractivo para todos os que deve usufruem.

“O centro (histórico) expressa, através da sua imagem esta perpetuação das formas, é o lugar que todos os habitantes reconhecem enquanto sua imagem; esta perpetuação das formas é o lugar que todos os habitantes reconhecem como tendo sido edificado pelos seus antepassados, que está povoado de sinais que é necessário interpretar” (Augé, 1994:49). Segundo Brito, o conceito de centro histórico é

“(...) o conjunto urbanístico original de formação do município, podendo estar compreendido espacialmente em sua totalidade, como é o caso das localidades que sofreram estagnação económica, ou em sua parcialidade, como é o caso de localidades que tiveram uma dinamização económica expressiva e, em decorrência sofreram processos de expansão e renovação urbanas com ou sem a permanência de suas características originais” (Brito, 1988:7).

Além disso, o centro histórico, como espaço simbólico, permite contribuir para o sentimento de identidade colectiva, provocando a sensação de enraizamento, sendo também lugar de memória colectiva.

As acções de revitalização de núcleos urbanos têm dois objectivos: “enriquecer o património histórico e cultural restaurando obras arquitectónicas de real significado e atribuir a essas obras novas funções que permitam sua perenidade enquanto equipamentos utilitários” (Jesus, 2008:119). Embora já antes se pensasse na importância não só dos monumentos históricos mas também dos habitantes dos centros históricos, foi na década de 60 do século XX que a intervenção dos centros históricos se dotou de uma metodologia científica e do surgimento de uma consciência colectiva que incluía não só os bens materiais como também a população local (Jesus, 2008). O interesse na reabilitação de edifícios históricos passou a fazer parte das políticas públicas de revitalização urbana, até porque, “O centro

histórico, como fragmento da cidade e espaço de representação cultural, confere valor simbólico ao espaço urbano, de forma que se converte em área representativa e de identificação da cidade” (Jesus, 2008:120). Mas, o processo de intervenção dos centros históricos difere de caso para caso. A revitalização pode favorecer determinados grupos em prejuízo dos habitantes locais, ou, pelo contrário, demonstrar a maior preocupação pela população. “As políticas públicas de revitalização também têm o ângulo social que deve ser levado em conta, principalmente pela possibilidade de que as melhorias geradas pelos investimentos e pela diversificação dos usos das regiões onde são aplicadas as políticas, inevitavelmente valorizarão o stock imobiliário local e haverá grande pressão para a substituição da população local por classe social distinta, gerando o processo de gentrificação⁵” (Jesus, 2008:135).

Embora os centros históricos possuam grande importância para as populações locais, devendo ser, por isso, preservados e valorizados, isso não se tem verificado em muitos casos, em que a degradação faz parte da paisagem urbana das cidades. Os motivos dessa degradação são vários, mas geralmente prendem-se com o crescimento anárquico da cidade, o insuficiente planeamento do desenvolvimento territorial e a inadequada mudança de usos e funções de infra-estruturas (Brito, 1988). Por outro lado, o turismo⁶ é uma actividade presente nos centros históricos e também tem múltiplos efeitos sobre os locais. Em primeiro lugar, “o turismo é responsável por uma concepção eminentemente mercantil e consumista” (Fortuna, 1995:15), o que origina a alteração da constituição da malha urbana através da melhoria de infra-estruturas e equipamentos. Em Portugal, esta tendência de alteração das paisagens urbanas tem sido particularmente relevante nas duas últimas décadas (Fortuna, 2002). O turismo é também um “gerador de diferenciação social” tanto para os visitantes, como para os locais que vêem nele um recurso de auto-valorização. Além dos nomeados, o turismo tem outros impactos como refere Valene L. Smith (1995). Entre

⁵ A gentrificação é um conjunto de processos de transformação do espaço urbano que ocorre, com ou sem intervenção governamental. Este processo diz respeito a uma intervenção em espaços urbanos que provocam sua melhoria e consequente valorização imobiliária com a retirada de moradores tradicionais, que geralmente pertencem a classes sociais menos favorecidas, dos espaços urbanos, substituindo-os por pessoas de classes sociais mais elevadas.

⁶ O turismo é uma área cujo estudo e pesquisa é multidisciplinar. Segundo a Organização Mundial de Turismo, a antropologia contribui para esta área através da análise das condições socioeconómicas e culturais inerentes à necessidade humana de viajar, assim como dos efeitos destas condições sobre o comportamento dos visitantes, residentes e interacção social consequente.

eles, e talvez o mais importante, encontra-se o impacto económico. O turismo origina muito emprego, e leva muito dinheiro para a zona receptora de turistas, tornando-se assim numa importante ferramenta de desenvolvimento. Mas, a sazonalidade do turismo por vezes traz dissabores, como sejam o desemprego nas épocas baixas, hotéis vazios e comércio desprovido de clientes. Apesar desta situação, o turismo é importante na medida em que regenera o comércio tradicional, através da produção de artefactos regionais. Outra questão a ter em conta é o crime, especialmente em zonas em que a disparidade entre visitantes e visitados é muito grande. Outro grande impacto do turismo é o impacto cultural. O turismo origina um efeito de homogeneização através do franchising de estabelecimentos hoteleiros e alimentares, e à necessidade de adaptação do local de origem à modernização por via da regeneração de infra-estruturas e usos que agradem aos turistas (Smith, 1995). O turismo também pode ser uma maneira de quebrar barreiras entre diferentes culturas, levando ao entendimento internacional e apreciação da relatividade cultural, especialmente se o turista quiser conhecer a cultura que o está a receber, em vez de ficar dentro da sua zona de conforto (Smith, 1995). No entanto, a recuperação do património deve ser feita não só como objectivo de um turismo crescente, mas também para a própria cidade e para os seus habitantes. Como afirma Françoise Choay, “nunca será de mais repetir o aviso de Giovannoni: os centros e os bairros antigos não poderão ser conservados e integrados na vida contemporânea se o seu novo destino não for compatível com a sua morfologia e a sua escala” (1992:250). Estas áreas devem ser sobretudo áreas para viver, com as funcionalidades necessárias aos seus habitantes, e não apenas com produto para ser consumido turisticamente.

Valene L. Smith, na sua obra *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism* também diferencia cinco tipos de turismo. O turismo étnico é aquele em que o visitante quer ter contacto com costumes indígenas e povos exóticos. Este tipo de turismo atrai um número limitado de turistas. O turismo cultural é a procura do pitoresco, de estilos de vida “old style” (1995:4). Neste caso, as populações locais tornam-se “objectos de estudo” o que pode originar um grande desentendimento entre visitantes e visitados. O turismo histórico é aquele cujo principal objectivo é conhecer as glórias do passado e inclui, por exemplo, visitas guiadas a monumentos e ruínas. Este tipo de turismo tende a atrair pessoas com habilitações literárias mais elevadas. Ainda aqui, a relação entre visitante e visitado é quase inexistente. O turismo ambiental atrai uma elite que procura experiências em áreas remotas como a Antárctica. Por fim, o turismo recreacional atrai turistas que pretendem relaxar ou ter contacto com a natureza. Este tipo de turismo é habitualmente de praia, embora também

possa ser de diversão como acontece no caso de parques temáticos ou de cidades como Las Vegas.

Carlos Fortuna distingue turismo organizado de turismo desorganizado. O primeiro diz respeito ao turismo realizado entre o século XIX e meados do século XX, o segundo é mais visível nas duas últimas décadas do século XX, em que o turismo tende a perder especificidade, além de que “alimenta um imaginário de democratização das condições sociais de vida, assente no valor simbólico do consumo acessível e massificado de imagens, valores e bens não-materiais de outras culturas e sociedades” (1995:16). Neste segundo tipo de turismo, as estratégias publicitárias, a imagem da cidade ou do local são de extrema importância. Neste sentido, MacCannell considera que existe o “sentimento colectivo de que certos locais têm que ser visitados” (1976:42). Há sítios que todos deveríamos visitar pelo menos uma vez na vida, da mesma forma que ao visitar certas cidades há sítios que “têm” que ser vistos. MacCannell dá o exemplo, entre outros, de Paris. “Se alguém for à Europa, essa pessoa “tem” que ir a Paris; se alguém for a Paris, “tem” que ir à Catedral de Notre Dame, à Torre Eiffel, ao Louvre” (1976:43). A indústria do turismo mercadoriza as cidades e os monumentos, com os seus costumes e tradições de modo a torná-los originais e, consequentemente, atractivos. Com a globalização, a configuração espacial das cidades corre o risco de perder a sua singularidade. No entanto, é nas zonas históricas da cidade que se podem observar as suas singularidades. “A cidade histórica e monumental é uma das principais atracções turísticas dos nossos dias” (Fortuna, 1995:25). As ruínas são utilizadas para atrair visitantes pelos promotores turísticos, tal como as “heterotopias de Michel Foucault: são lugares especiais que têm a capacidade de deslocalizar os sujeitos, ao mesmo tempo que os fixam num espaço muito preciso” (Fortuna, 1995:28). Ao mesmo tempo, a promoção turística do património cultural e monumental das cidades acaba por se transformar na salvação da degradação dos mesmos, pois as administrações públicas são muitas vezes incapazes de suportar sozinhas os custos de uma recuperação e manutenção deste património, recorrendo, não raras vezes, a instituições privadas. Mas, como refere Jesus, “do ponto de vista económico, o património deu origem ao aparecimento de um novo sector (o turismo). A sua capacidade de geração de empregos, de criação de empresas de serviços culturais, de conservação e de interpretação, além do surgimento de um comércio especializado, mudou a imagem do património, que passa a ser considerado não somente pelo seu valor intrínseco, mas também como factor de desenvolvimento económico e social” (2008:133).

A globalização tem tido inúmeras implicações ao nível do contexto urbano. “O que a intensificação do processo de globalização e as suas incidências no contexto urbano têm revelado é que nos encontramos hoje numa intensa fase de transformação identitária das cidades que está a ser motivada, grosso modo, pela crescente necessidade de regeneração dos lugares” (Fortuna e Peixoto, 2002:18). Esta situação deve-se à crescente concentração populacional nos centros urbanos, à transferência do poderes do Estado para os poderes locais, à rápida divulgação de referências culturais através do desenvolvimento das tecnologias de informação, à mudança dos estilos de vida, à pressão para a mediatização, e ao aumento dos fluxos de indivíduos, capitais e informação. “O processo de transformação identitária das cidades passa, no fundo, por revelar os elementos que, na sua história secular, vão sendo valorizados e desvalorizados, esquecidos ou notabilizados, no plano simbólico em que as cidades se representam e são representadas” (Fortuna e Peixoto, 2002:19). A já exposta busca de um passado e memórias considerados perdidos tem um grande enfoque na questão da antiguidade. Esta serve como estratégia confirmativa da existência de uma identidade sólida que foi capaz de suportar a corrosão eventualmente provocada pelo tempo. “A antiguidade apresenta-se como um factor de diferenciação que permite referenciar nas raízes históricas determinadas características que conferem à identidade um carácter distinto e único” (Fortuna e Peixoto, 2002:22). Além disso, a antiguidade proporciona os recursos necessários à indústria do turismo que coloca as cidades na competição inter-cidades, além de ter uma função de legitimação política. Carlos Fortuna e Paulo Peixoto (2002) falam ainda dos estereótipos a que muitas cidades são sujeitas. Os estereótipos de facto podem fornecer pistas sobre a identidade de uma cidade, no entanto, a sua visão pode ser demasiado imaginada ou poetizada o que pode originar um acréscimo na dificuldade de entendimento dos processos de transformação identitária das cidades.

Os turistas são conduzidos por uma procura de autenticidade, encontrando a motivação para as suas deslocações a recuperação de um passado único que foi arrasado pela modernidade (MacCannell, 1976). É precisamente a demanda pelo único e singular que dá o mote ao turismo. No entanto, é preciso ter em conta que todo o património é socialmente manufacturado e passível de consumo turístico, o que influencia directamente a autenticidade deste património. Além disso, “o que determina a realização de uma viagem não é tanto o consumo de bens e serviços produzidos pela iniciativa privada como o alojamento, a diversão ou alimentação, mas sim, na maior parte dos casos, o desfrute de experiências dependentes de factores naturais, culturais e sociais que se inscrevem na esfera de actuação do Estado a quem cabe a responsabilidade de velar pela sua

preservação e valorização” (Cunha, 2003:413) Ao contrário de MacCannell (1976) e de Licínio Cunha (2003), Cohen (1998) considera porém, que o principal mote de muitos turistas é a procura de divertimento.

Segundo Licínio Cunha, “Uma das mais importantes motivações do turismo internacional é o desejo de conhecer outros povos e o seu modo de vida bem como conhecer as civilizações do passado” (2003:266). Desta forma, pode-se dizer que o património de cada país, cidade ou aldeia influencia a decisão de o visitar ou não.

Parte II – História e Ideologia

1. O Castelo de São Jorge: Apontamentos históricos e ocupação humana

A zona da freguesia de Santa Cruz do Castelo tem ocupação pelo menos desde o século VII-VI a.C. (CML, 2001:12). As escavações que têm ocorrido indicam a presença de estruturas da Idade do Ferro, parecendo apontar para uma ocupação sucessiva até à chegada dos romanos. Não há, no entanto, muitas estruturas identificadas nos períodos que medeiam a chegada dos romanos até à chegada dos povos muçulmanos (período conhecido por Antiguidade Tardia). Além disso, embora o tempo histórico da cidade de Lisboa seja muito antigo não tem havido muita ênfase nesta primeira parte da história. Com efeito, é marcadamente sobre o período da conquista de Lisboa pelo rei D. Afonso Henriques que incidem os usos da memória e da história deste lugar.

Com a ocupação árabe-islâmica são introduzidas novas funcionalidades neste espaço com a localização da Alcáçova com características militares. A sua posição privilegiada permitiu um sistema defensivo que ia desde o topo até ao rio, o que demonstra tanto o controlo exercido sobre o território, a par do carácter portuário, bem como da intermediária baixa da cidade. A este papel de defesa e controlo da cidade associa-se também uma zona residencial na zona que medeia o castelejo e a actual Igreja de Santa Cruz (que seria o local da mesquita da Alcáçova).

Na primeira tentativa de reconquista cristã de Lisboa por parte de D. Afonso Henriques em 1142, este deparou-se com uma cidade cercada por uma forte cintura de muralhas, que o fez desistir do seu objectivo.

É apenas em 1147 que se dá a conquista. O cerco durou 17 semanas e dividiu-se por três corporações. A Norte a dos portugueses do rei D. Afonso Henriques, a ocidente a dos ingleses e dos normandos, a oriente a dos alemães e flamengos. É um pacto assinado pelo rei português e testemunhado pelos bispos e pelos principais nobres portugueses que estabelece um acordo. Aos cruzados caberia o ouro, a prata e toda a presa, para o rei ficaria a cidade e os seus habitantes. Este pacto não foi bem recebido pelos habitantes, e assim os mortos multiplicaram-se devido aos tumultos vários, e a fome também começa a instalar-se. Deste modo muitos cercados começam a fugir para o campo inimigo, sendo baptizados. A situação dos defensores começa a tornar-se precária, até que finalmente os cruzados juram fidelidade ao rei D. Afonso Henriques. Por fim o pacto assinado no início do cerco volta a ser

respeitado. No entanto, alemães e flamengos violentam-no entrando em massa na cidade. Matam, pilham e violam. Finalmente, o arcebispo de Braga, o bispo do Porto, o rei e outros dignitários entram solenemente na cidade de cruz alçada.

A actual freguesia de Santa Cruz do Castelo, uma das primeiras a ser fundada, deve o seu nome a esta época de conquista cristã para que não restassem dúvidas de que era território cristão.

Já a denominação Castelo de São Jorge é datada de 1371, por determinação do rei D. João I, como comemoração de um pacto militar e político assinado entre Portugal e Inglaterra. O nome escolhido homenageia o conhecido Santo Guerreiro, São Jorge, que combateu um dragão, sendo um dos santos mais venerados pelos dois países.

A conquista de 1147 constituiu uma calamidade para a cidade de Lisboa por causa dos mortos em combate, pela fome e pela peste. Além disso, quase todos os habitantes perderam as suas casas e haveres. No entanto, esta conquista constituiu um passo decisivo na medida em que, apesar de cortar os laços com o Mediterrâneo, abriu as portas para um Atlântico ainda desconhecido e, mais tarde, para o empreendimento da expansão marítima.

Entre os séculos XIII e XVI o Castelo vai continuar a servir as funções de defesa e controlo da cidade. Ao mesmo tempo passa a ser local de residência da corte quando esta se encontrava em Lisboa.

No início de século XVI esta zona da cidade começa a perder importância. O Paço da Alcáçova é abandonado como residência régia, em favor do Terreiro do Paço, para onde se transfere o poder político. Mas é na Colina do Castelo que se mantém o centro religioso. E o Castelo é aproveitado para guarnição militar e prisão.

Em 1648, D. João IV decide reparar os muros do Castelo. São introduzidas algumas alterações no desenho da fortificação com o objectivo de o tornar menos vulnerável.

O Terramoto de 1755 e o consequente incêndio teve muitos efeitos na imagem do Castelo. Desapareceram estruturas e edifícios e foram criados outros. Mas houve casas de particulares que se mantiveram de pé. O rigoroso trabalho de reconstrução de Marquês de Pombal para a baixa da cidade não aconteceu na zona circundante ao Castelo, sendo ainda hoje bem clara a distinção entre a reconstrução planeada e a reconstrução não programada do Castelo. Nesta reconstrução foram aproveitados muitos materiais remanescentes do terramoto. Desta forma, estes edifícios foram reconstruídos chegando aos nossos dias com poucas condições de habitabilidade, e a estrutura da freguesia não se alterou muito, no essencial. O Castelo propriamente dito ficou bastante arruinado.

No século XIX e início do século XX soldados do Exército e da Guarda Nacional Republicana ocupam o Castelo. A convivência entre militares e civis passa a marcar as características da população e do quotidiano deste núcleo urbano de diversas formas. Mulheres ganham dinheiro por lavarem as roupas dos militares, através do aluguer de quartos, e até mesmo namoros que deram origem a casamentos.

Esta época é marcada pelo crescimento económico. Portugal vive um período conhecido por Regeneração. Mas este não durou muito.

2. A Primeira República: o Castelo como monumento nacional

“No início do século XX, Portugal era uma economia ainda não desenvolvida” (Almeida, José Carlos; 2005:113). Com a queda da monarquia surge uma forte oposição entre o Estado e os ideais republicanos relativos às definições culturais da identidade nacional. Para o movimento republicano (1870-1910), a Igreja e a monarquia eram os responsáveis pelo estado de decadência económica do país e pela humilhação causada pelo Ultimato Britânico.

Foi na Primeira República que surgiram os primeiros ideais nacionalistas. O movimento republicano está muito ligado aos ideais de Rousseau. Para este, se os governantes coincidissem com os governados, se todos os cidadãos exercessem a soberania sentiriam que se estavam a auto determinar e assim não se sentiriam oprimidos (Ramos, Rui; 1994). Este autor focou o caso da Polónia sugerindo que era preciso haver coesão e unidade entre todos os polacos. Para isso propôs que houvesse festividades, rituais públicos para relembrar o que tinham em comum, enaltecê-lo e desprezar o que era estrangeiro. Propôs também uma nacionalização rigorosa do ensino para que os jovens se concentrassem exclusivamente no ideal nacionalista. Assim, o objectivo da obra da República é a “objectivação de uma consciência colectiva” (Ramos, Rui 1994:419). Em Portugal estes ideais foram seguidos. Criaram-se muitas escolas primárias com o objectivo de diminuir a taxa de analfabetismo. O objectivo principal não seria apenas o da alfabetização da população, mas sim, segundo João Barros (secretário geral do ministério da Instrução Pública) tornar as crianças fanáticas à pátria dando-lhes a conhecer Portugal (Ramos, Rui; 1994) através de um contacto próximo com o ambiente nacional, com visitas a fábricas, a museus. A educação republicana significava assim, um sistema de mobilização e propaganda fechado em benefício do Estado Republicano. Neste período republicano houve outras alterações com vista ao nacionalismo e patriotismo. Tudo o que era “Real” e “da Coroa” passa a ser “República” e “Nacional”: estrada nacional, biblioteca nacional, Banco de Portugal.

A bandeira e o hino nacionais também se tornaram símbolos fundamentais da republicanização. Todas as escolas primárias tinham uma bandeira nacional e a todos os alunos era explicado o valor do símbolo. Todos os cidadãos portugueses tinham que respeitar o hino e a bandeira nacionais. Uma das primeiras medidas da República foi instituir

o seu sistema de festas e comemorações. O dia da implantação da República foi declarado feriado nacional, assim como o 1º de Dezembro e o 31 de Janeiro, e perderam-se feriados religiosos. O republicanismo foi exaltado de diversas maneiras, através da imprensa, panfletos, declarações, versos, postais, louça.

No entanto, é nesta altura que começam a surgir ideias para aproveitamento turístico da zona da freguesia do Castelo. Passa a haver um reconhecimento do valor histórico-patrimonial do Castelo que culmina com a classificação como Monumento Nacional em Decreto de 16 de Junho de 1910, e também das potencialidades paisagísticas e económicas do sítio. Nesta altura surgem ideias que defendiam a reparação e conservação das ruínas do Castelo.

Segundo o Artigo 15º da Lei nº 107 de 8 de Setembro sobre a classificação de bens, um monumento nacional é um bem que se considera de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.

Françoise Choay refere na sua obra *A Alegoria do Património* (1982) que o sentido original do termo monumento deriva do latim *monumentum*, ele próprio resultante de *monere* (advertir, recordar) o que interpela a memória. Segundo esta autora, a especificidade de monumento prende-se precisamente com o seu modo de acção sobre a memória. Choay define monumento como “qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (1982:16). O monumento vai assim reclamar um passado seleccionado com a finalidade de preservar a identidade de uma comunidade, os seus grandes desígnios públicos, as suas obras memoráveis. A Primeira República tem, assim, como um dos grandes objectivos a produção e exaltação de uma identidade nacional que se pretende funcionar como uma religião laica por oposição à religião da Igreja Católica.

3. Estado Novo: O Castelo e a autenticidade da nação

O período da Primeira República (1910-1926) foi muito instável devido aos sucessivos governos que aconteceram, bem como à crise financeira que assolava o país. Isto originou, por parte das elites, a ideia de que a ditadura era uma opção possível para solucionar a alegada ignorância e falta de organização do povo.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 acabou com Primeira República e deu início ao regime conhecido como Estado Novo. Esta revolução é vista como a revolução necessária que marca o reencontro da nação com o Estado. Esta revolução surgiu porque o povo soube conservar o essencial de uma identidade que foi posta em risco e que o Estado Novo afirmava procurar recuperar (Cunha, Luís; 2001).

Em 1930 é assinado o Acto Colonial que define as novas políticas dos territórios de domínio português. Aos “domínios de Portugal” passa a chamar-se o “Império Colonial”, começando assim uma nova fase nacionalista e centralizadora que, no plano ideológico, toma uma certa definição cultural do que é ser português para legitimar a acção política no plano prático. Desta forma, o Estado Novo apresenta-se como uma condição indispensável para restaurar a grandeza da nação e a concretização deste objectivo passa por retomar o autêntico das tradições e glórias passadas através da política de restauração do Império (Rosas, Fernando; 1994). Esta nova fase de uso das colónias passa também pelo uso das suas matérias-primas, tidos como produtos nacionais. A pretensão era de “reservar às colónias a função exclusiva de produção de matérias-primas e deixar a cargo da Metrópole a função transformadora” (Rosas, Fernando; 1994:288). Esta sofreu alguma contestação em alguns meios coloniais que defendiam o estabelecimento de indústrias nas colónias, o que não aconteceu.

“Deus”, “Pátria”, “Autoridade”, “Família”, “Trabalho” são dogmas do discurso político-ideológico do Estado Novo que era preciso impor no espírito do povo português, esmagadoramente analfabeto e com falta de espírito crítico, de uma forma abrangente: na família, nas escolas, nas aldeias, nas oficinas, na rua, no lazer, no quotidiano. Para isso era necessária propaganda do Estado que a par de uma “invenção da tradição” vai se centrar na mobilização nacional capaz de suscitar o renascimento de uma nação que estava moribunda (Cunha; 2001).

“A encenação propagandística do regime, a organização e execução da «política do espírito», começa pelo mais simples, na sala de aula, passa pela organização dos tempos livres, informa a assistência à família, a acção corporativa rural, piscatória ou industrial e o enquadramento miliciano da juventude” (Rosas, Fernando; 1994:292). Cada sector do estado tinha a sua propaganda própria através de boletins, comícios, congressos, paradas, excursões, entre muitas outras formas. Esta era a forma de definição das linhas do regime para a cultura e para as artes, para a mobilização política, para a educação nacional. Era um grande espectáculo político do regime de que é exemplo a Grande Exposição do Mundo Português. É desta forma que se vai ao encontro da grandeza recuperada do Império, que se reconstrói a história de Portugal, e que se engrandece o que é nacional. São estas reivindicações que o regime vai usar para se legitimar a si mesmo, privilegiando uma imagem de prestígio do poder que tenta passar para o exterior. “A imagem que se entendia que o país devia transmitir ao exterior faz-se da fusão de realizações materiais, por exemplo a «obra financeira», com realizações morais capazes de espantar outros povos – à semelhança, afinal, do que os Descobrimentos fizeram no passado” (Cunha; 2001:75). No entanto, contrariamente a essa imagem que se tenta passar, Portugal tem uma população esmagadoramente camponesa, quase sem habilitações literárias, e sem práticas de mecanização fabril.

Nesta altura, o Estado Novo estava em plena ascensão. A exaltação do regime passa por vários actos de cultura pública. De entre estes, foi a organização da Exposição do Mundo Português, que se consubstanciou como um símbolo do período áureo do regime e da sua propaganda. Este acontecimento coincidiu com a celebração de um triplo centenário: a fundação (1140), o pico da expansão marítima (1540), e a restauração da independência (1640) (Almeida, José Carlos, 2005). Esta exposição, carregada de simbolismo era ao mesmo tempo uma maneira patriótica de homenagear os antepassados e um acto de fé no futuro de Portugal, na capacidade de realização dos portugueses. “Toda a exposição e os símbolos exibidos foram cuidadosamente planeados. Eles deviam contar a *nossa* história de modo a que os membros nacionais se pudessem identificar com eles, apresentando um passado glorioso e mostrando a promessa de um futuro glorioso que apenas o regime podia assegurar” (Almeida, José Carlos, 2005:116). Desta forma, a Exposição do Mundo Português foi criada como virada para o passado e para o interior do povo português, para o nacional, sendo que as três secções que compunham a Exposição eram: *Fundação, Formação e Conquista, Descobrimentos e Colonização dos Portugueses no Mundo; Aldeias Portuguesas; e Vida Popular*.

A Exposição do Mundo Português tem também o objectivo de implantar a história que interessa ao movimento político no corpo social. Cada fracção do passado, cada herói é disfarçado num ensinamento para a construção do presente e projecção do futuro (Cunha; 2001). No entanto, o ideal de verdade faz parte do discurso político do Estado Novo. A verdade deve servir para informar, e dar formação política ao povo. Trata-se da criação de uma imagem que é suportada pela verdade e que por isso deve ser considerada moralmente superior a outros sistemas políticos que sigam a mentira e o segredo (Cunha; 2001).

Mas, a Exposição do Mundo Português não foi o único momento de exaltação nacionalista e de preservação do que é tradicional. Antes desta aconteceram a Exposição Colonial do Porto, de 1934, e o concurso para eleger a aldeia mais portuguesa de Portugal, de 1938. Ambos serviram um projecto de integração nacional presente na política salazarista. Na Exposição Colonial do Porto exibiram-se os nativos das colónias não com o intuito de se mostrar como é o povo português, mas antes de mostrar aquilo que se domina, e consequentemente a grandeza da nação que é Portugal. O concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal foi promovido pelo Secretariado da Propaganda Nacional. Este serviu essencialmente para legitimar um modelo de sociedade ruralista composta por hábitos e tradições. Esta visava também suscitar o interesse na população de conservar as suas tradições mantendo as aldeias livres de influências externas, já que estas eram desprezadas pelo regime de Salazar.

Há em todos estes exemplos o interesse pelos costumes populares aos quais é atribuída uma autenticidade que pretende garantir a ligação ao que são consideradas as raízes da alma nacional.

Autenticidade é um conceito que tem sido objecto de reflexão por parte de diversos teóricos. Richard Handler descreve a autenticidade como uma construção muito próxima do Ocidente e relacionada com a noção de existência individual e de sinceridade em que a existência do nacionalismo depende da posse de uma cultura autêntica que apenas existe para eles, que é única (1986).

Tal como no caso da República, também no Estado Novo se usou a educação como forma de mobilização política. Aqui, “a educação (...) surge como factor capaz de garantir o

sucesso imediato e futuro do projecto político que Salazar encabeçava” (Cunha; 2001:69). No Estado Novo a educação é uma educação política que tem o objectivo de fortalecer convicções específicas que deviam orientar o rumo da nação. Desta forma, usa a propaganda para conseguir relembrar valores, crenças, atitudes em parte esquecidos mas essenciais ao sucesso e continuação do regime.

No período do Estado Novo “foram realizadas várias operações de restauro e conservação em edifícios e monumentos com valor histórico, na sequência de campanhas de pendor nacionalista que pretendiam legitimar toda uma ideologia” (Gonçalves, 2002:53). Como o estado do Castelo não se adaptava aos objectivos de exaltação nacional, deram-se início às obras que foram até 1940, ano das comemorações e da Exposição do Mundo Português. Segundo o Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Duarte Pacheco⁷,

“O Governo da República Portuguesa, ao preparar a comemoração centenária da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência reunidas na data conjunta de 1940, intenta levar a cabo a reintegração do Castelo de S. Jorge, a sua dignificação completa, mostrando de novo a Lisboa e ao País o glorioso monumento em toda a sua expressão militar, numa tentativa de recomposição histórica em que todos os portugueses se vão decerto empenhar, uns com o seu trabalho, outros com o seu conselho e todos com o seu amor pátrio” (Gonçalves, 2002:54).

É em 1938, no regime de Salazar, que se começam as obras de reconstituição. Esta tem então objectivos político-ideológicos, aquando da comemoração do duplo centenário da fundação e da restauração da nacionalidade. O facto de o monumento ser considerado um símbolo do património e da glória portuguesas também justifica as obras de reconstituição. Desta forma reinventa-se a história através da selecção de elementos históricos que interessavam particularmente e que iam de encontro aos objectivos da exaltação da cidade de Lisboa, e de Portugal. Aqui, a história articula-se com o projecto político que lhe define os contornos, as acentuações e os silêncios (Cunha; 2001).

⁷ O Engenheiro Duarte Pacheco foi Ministro das Obras Públicas entre 1932 e 1936. Mais tarde, em 1938, volta a ser Ministro das Obras Públicas, acumulando esta função com o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Esta situação apenas termina aquando da sua morte em 1943.

Paralelamente, a freguesia de Santa Cruz do Castelo permanece fechada, fora das rotas turísticas e com más condições de habitabilidade. Consequentemente a degradação agrava-se para os edifícios e para a população. Em 1946 a imprensa refere esta situação e assim é construído o edifício do Grupo Escolar e Balneário do Castelo de São Jorge. A instalação destes balneários veio satisfazer uma necessidade básica dos habitantes que dependiam dos duchos existentes nas duas colectividades locais (Grupo Desportivo do Castelo e Grupo Excursionista do Castelo) e numa das mercearias. Desta forma se compreende a afirmação de Luís Cunha que refere que “entre o discurso e a verdade acontecida vai a exacta distância entre o que é conveniente ser sabido e o que contraria as certezas profundas da nação” (2001:63).

4. Reabilitação Actual: Valorização patrimonial e promoção turística

Na década de 1980 emerge uma nova fase de planeamento e reabilitação urbana em Portugal com o surgimento dos primeiros Planos de Recuperação dos Centros Históricos. Mas é nos anos 1990, altura em que Lisboa estava sob a presidência de Jorge Sampaio, que surge um maior interesse pela reabilitação urbana através do estabelecimento de diversos programas como Renovação Urbana, Recria, Rehabita, Recriph e Solarh (Gonçalves, 2002). O Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA) surgiu em 1988, na sequência do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) com o objectivo de inverter a situação de degradação progressiva do parque habitacional arrendado. Mas, apesar do sucesso do programa RECRIA, verificou-se ser necessário definir medidas especiais para as áreas urbanas antigas. Estas áreas, com características muito próprias ao nível sócio-habitacional, e com diferentes metodologias ao nível da construção histórica, necessitavam de um incentivo à sua preservação. Para este efeito, foi criado o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA); um programa exclusivamente aplicável aos núcleos urbanos históricos, declarados como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística. Este Projecto tem como objectivos o apoio à execução de obras de conservação, de beneficiação ou de reconstrução de edifícios habitacionais e às acções de realojamento provisório ou definitivo em regime de renda apoiada daí decorrentes no âmbito de uma operação municipal de reabilitação urbana.

A partir de 1995 arranca o Projecto Integrado do Castelo que surge na segunda fase do trabalho de Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos de Lisboa, desenvolvido pelo Município de Lisboa. Este projecto tem como objectivos a melhoria das condições de habitabilidade, alargando a reabilitação às actividades económicas, aos equipamentos sociais e culturais e às infra-estruturas e à valorização patrimonial e ao fomento turístico. Este projecto teve como impulsionador a degradação urbanística que caracteriza a zona. Ao contrário da reabilitação de 1940, este projecto pretende acabar com o fosso existente entre a parte urbana, habitada e a parte monumental, deixando visíveis os vestígios das várias épocas, a muçulmana, a medieval e a do Estado Novo. Embora tenham passado dezasseis anos, este projecto ainda não está concluído, havendo ainda muitas habitações e ruas em mau estado de conservação. Apesar disso, em 1998, José Maria Ballester, Chefe do Serviço do Património Cultural da Comissão de Avaliação do Conselho da Europa, na avaliação das

operações de Reabilitação Urbana desenvolvidas nos bairros antigos de Lisboa (Castelo, Mouraria, Alfama, Bica, Bairro Alto e Madragoa) considerou que esta estava a decorrer de forma positiva e que as estratégias adoptadas favoreciam a intervenção dos cidadãos na tomada de decisões. No entanto esta avaliação teve mais como objectivo um estímulo à continuidade dos trabalhos que estavam a ser desenvolvidos (Gonçalves, 2002).

As cidades vão sofrendo transformações ao longo do tempo, e o mesmo também acontece com as respectivas imagens. A imagem da cidade é composta por diversos factores tanto funcionais como simbólicos. Como tal, a identidade de uma cidade não depende unicamente da sua localização, sendo também aquilo que representa. Desta forma, as cidades incluem em si diversos elementos que contribuem para a construção da sua imagem: o seu presente, o seu passado, a economia, a política e a cultura. Com a actual perda de raízes identitárias são o passado e o património que, muitas vezes, servem de compensação à nostalgia sentida. Esta dimensão tende a ser usada como estratégia política e de promoção local. Este processo faz-se acompanhar da criação de novos símbolos, que podem originar uma sobresignificação de imagens e discursos relativos a um local, como estratégia de afirmação de uma identidade muito própria, aparentemente legitimada pela história e legitimadora dos poderes instituídos. Desta forma, o passado é reactivado no presente de forma a projectar a sua glória.

Ao longo dos tempos o Castelo e a zona circundante do mesmo foi sofrendo alterações ao nível dos seus usos, no entanto, foi na altura da República que se começou a prestar atenção a esta zona como forma de enaltecer o país. Esta situação foi mais marcante ainda na época do Estado Novo, que através da propaganda política tentou enaltecer a nação através de diversas iniciativas, entre elas, a imagem passada para o exterior e implantada no povo de grandeza da nação portuguesa com que o estado do castelo não se coadunava, e daí as obras de reconstituição à imagem dos ideais políticos do regime. Actualmente continua a haver preocupação com esta zona, preocupação essa que culmina com o Projecto Integrado do Castelo.

Parte III – Entre o discurso e a prática

1. Orgulho identitário e razões práticas

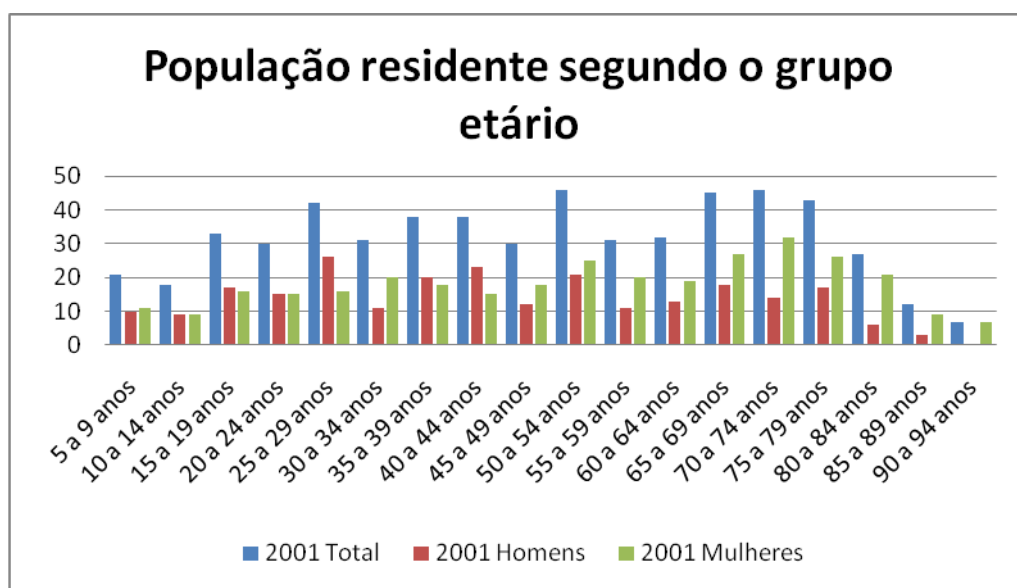
Quando comecei este trabalho, fi-lo com a ideia de que iria encontrar uma identidade colectiva baseada numa teia de relações de sociabilidade muito marcadas, em que a identidade de cada um se espelha na identidade do grupo. Alguma coisa como aquilo que António Firmino da Costa na sua obra *Sociedade de Bairro* descreve como “(...) uma identidade colectiva na medida em que se trata de um perfil identitário pessoal partilhado por um colectivo de indivíduos” (1999:110). Para mim todos ali se conheciam independentemente da relação que estivesse estabelecida. Além disso, o que para mim era um lugar quase mágico, que despertava em mim os mecanismos da memória sobre os quais me tenho debruçado, sabendo também que essa memória não era resultado apenas dos passeios por aquela zona, enquanto criança, com a minha avó, mas também, de todo o significado social que é dado às zonas históricas, nomeadamente ao Castelo de São Jorge.

Há uma frase que todas as pessoas que entrevistei, e que também surgiu em conversas informais que espelha o sentimento de pelo menos alguns habitantes em relação a esta freguesia, embora ressalve que não é possível fazer generalizações:

O Castelo é o Castelo!

Apesar da simplicidade que pode transparecer (realmente uma coisa é sempre uma coisa) da frase em questão não é difícil perceber a complexidade que a ela pode estar associada. Por aquilo que me pude aperceber ao longo de todo o trabalho de campo as pessoas da freguesia do Castelo têm orgulho em pertencer àquele lugar. Não só por aquela ser a *primeira freguesia de Portugal* (outra frase que pude ouvir por diversas vezes) como também pelas memórias associadas não só ao Castelo como freguesia, mas também ao Castelo como monumento. Todavia, o orgulho que transparece nestas palavras não deixa de estar envolto em múltiplas marcas. A apreciação positiva por vezes é acompanhada de considerações negativas em relação ao lugar, o que faz com que a análise da “identidade colectiva” do lugar seja um processo bem mais complexo do que as palavras iniciais deixam antever.

Na freguesia de Santa Cruz do Castelo mais de metade da população tem mais de quarenta e cinco anos, sendo que os valores mais altos registados em 2001 são de quarenta e seis pessoas nos intervalos de idades compreendidos entre os cinquenta e os cinquenta e quatro anos e entre os setenta e os setenta e quatro anos. É interessante pensar que já decorridos dez anos, se as pessoas fossem exactamente as mesmas, haveria uma diferença bem grande nestes valores. Também é curioso observar no gráfico abaixo que a partir dos quarenta e cinco anos há sempre mais mulheres do que homens em todos os intervalos de idades.



Fonte: INE (Censos 2001)

O facto de haver um grande número de pessoas idosas na freguesia tem grandes implicações. Por exemplo o facto de na freguesia não haver uma farmácia faz com que as pessoas tenham que se deslocar às freguesias vizinhas para suplantar essas necessidades. Foi-me dito que a população local se apoia muito na freguesia da Graça pelo facto de esta ter todo o tipo de comércio, farmácias, etc., sendo que a freguesia do Castelo tem poucos recursos. *Isto aqui precisava de muita coisa, precisava de uma mercearia por exemplo, de uma farmácia... isto obriga as pessoas a saírem daqui e os transportes públicos não são os mais adequados a estas pessoas* Realmente é um facto que as pessoas mais idosas necessitem de certos cuidados que, no caso da freguesia do Castelo, não encontram. No entanto, a Junta de Freguesia esforça-se por proporcionar aos seus habitantes algum conforto através de um posto médico e de enfermagem e de uma carrinha de transporte de doentes. *O facto de esta ser uma freguesia maioritariamente idosa provoca muitos*

problemas ao nível da assistência da família. Mas a junta de freguesia auxilia muito os seus habitantes através do mantimento de um médico dois dias por semana e a permanência de um enfermeiro diariamente.

Outra questão importante prende-se com a caracterização física da freguesia ao nível dos seus limites e do traçado da malha urbana.

A respeito de Alfama, Costa refere que “curiosamente, os limites são sempre indeterminados, nunca é apresentado um perímetro nítido” (1999:67). O caso da freguesia do Castelo é bastante diferente no que respeita aos limites físicos da freguesia, visto que é uma freguesia que se encontra dentro das muralhas do Castelo, com uma delimitação bem assinalada, e apenas com uma “porta” de entrada e uma “porta” de saída. Desta forma, a delimitação do terreno de pesquisa foi bastante facilitada.

A importância da malha urbana na produção e transmissão da memória e na construção das identidades já tem sido mencionada por vários autores. Como Paul Connerton refere, “as nossas imagens dos espaços sociais, devido à estabilidade relativa, dão-nos a ilusão de não mudarem e de redescobrirem o passado no presente” (1993:45). No caso da freguesia do Castelo, tal como noutros bairros da cidade de Lisboa, esta estabilidade nota-se pela raiz medieval que caracteriza o seu traçado e também as casas, já que muitas delas datam a sua construção de antes do terramoto de 1755. Em suma, é o conjunto urbano, no seu todo que se torna objecto de valor patrimonial, e de valor sentimental, em especial para os que ali vivem, e sempre viveram, e também para outros que não sendo de lá, se apropriam daquele sítio como forma de identificação.

A malha urbana da freguesia é bastante distinta. O traçado é labiríntico, e as ruas são estreitas e irregulares (situação que como já referi em páginas anteriores não se alterou muito desde a intervenção do Projecto Integrado do Castelo). Ao andar pela freguesia encontramos ruas, becos, travessas e largos que se sucedem uns aos outros. As habitações são antigas e com poucos andares. Cerca de metade dos 113 edifícios da freguesia datam a sua construção de antes de 1919, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

	2001
Número de edifícios segundo a época de construção	Total
Antes de 1919	62
1919 e 1945	1
1971 e 1980	1
1981 e 1985	3
1986 e 1990	0
1991 e 1995	2
1996 e 2001	44
Total de Edifícios	113

Fonte: INE (Censos 2001)

Embora as condições de vida dos habitantes do Castelo tenham vindo a melhorar, ainda há bastante a fazer, já que ainda há habitações sem água canalizada, sem retrete para uso exclusivo ou sem instalações de banho ou duche (Censos 2001). Mas, no geral, pode-se dizer que as obras efectuadas recentemente em consequência do Projecto Integrado do Castelo melhoraram significativamente as condições de vida da população. No entanto, é de ressaltar o facto de algumas pessoas terem referido que foram elas próprias a fazer as obras no interior das suas casas.



Igreja de Santa Cruz do Castelo, fachadas principal e lateral, Fernando Martinez Pozal, 1954

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

Mas, apesar das dificuldades, todas as pessoas com quem falei, fossem moradores ou comerciantes, gostam de morar na freguesia do Castelo. *Viver aqui é especial, tem o seu encanto!*

2. Mediação institucional e conflito

Um dos primeiros problemas da freguesia com que me deparei através das primeiras conversas que tive com um dos meus informantes foi a questão da EMEL (Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa). A EMEL actua no condicionamento do trânsito nos bairros históricos da cidade de Lisboa com o objectivo de “proporcionar o aumento das condições de segurança e a requalificação urbana deste Bairros, através da criação estacionamentos e do desenvolvimento de projectos que devolvam as ruas da cidade às pessoas” (site da EMEL). No entanto, nem todos os habitantes pensam nesta medida como positiva. Um dos meus informantes mais jovens tomou este como um dos problemas principais. Para terem direito ao cartão que dá acesso a entrar de carro na freguesia, os moradores, assim como os comerciantes, têm que pagar doze euros anuais à EMEL. “A emissão de Dísticos pela EMEL tem um custo de 12 € de emolumentos de emissão” (site da EMEL). No caso de cargas e descargas, além dos doze euros pagos pelo dístico, têm um horário em que podem utilizar o mesmo que no caso da freguesia do Castelo é entre as 8:00 e as 11:00 e entre as 15:00 e as 17:00. No caso de visitantes pontuais, estes deverão adquirir um cartão Lisboa Viva Bairros Históricos, que terá o custo de 25 € e que lhes permite o acesso gratuito aos Bairros Históricos por períodos de até trinta minutos por acesso. Passados esses trinta minutos iniciais gratuitos, o estacionamento nos Bairros Históricos tem o custo acrescido (1 hora € 15; 2 horas € 30; a partir da 2ª hora € 30 por hora). *Se eu quiser receber alguém em minha casa torna-se complicado porque obriga as pessoas a virem a pé.* O mesmo problema se passa em relação aos mais idosos que têm familiares que querem vir ajudá-los, ou quando se fazem compras mais volumosas. No entanto podem pedir um cartão na junta de freguesia que garante o acesso, embora se torne incómodo já que o morador tem que se dirigir à junta para depois ir entregar o cartão junto ao pilarete de entrada. A única vantagem apontada por vários moradores relativamente à EMEL foi a melhoria do estacionamento, já que agora nem todos vão ali estacionar. Mas a maioria das vezes, o assunto EMEL não é relatado da forma mais positiva, sendo que os moradores com quem falei referiram mais desvantagens do que vantagens. Foi-me relatada uma situação em que um médico ia fazer assistência ao domicílio e foi proibido de entrar pelos funcionários da EMEL, assim como a ambulância que o seguia. Chamaram a polícia e mesmo assim a EMEL manteve a sua palavra. É claro que esta é uma situação complicada, mas em conversas com outras pessoas em que eu perguntei acerca deste aspecto e referi esta mesma história, foi-me dito que *Isso não foi bem assim, as pessoas também exageram! Eles acabaram por entrar sem problema de maior!* Também me foi dito que por vezes o sistema avaria e *nós ficamos na mesma sem poder estacionar perto das nossas casas.* No

entanto, nas diversas visitas que fiz ao terreno nunca me deparei com nenhuma situação do género.

Outra questão relevante para a freguesia é a gestão do Castelo de São Jorge pela EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural)⁸. A EGEAC, tal como a EMEL, também é uma empresa municipal da cidade de Lisboa e tem como principal objectivo “criar uma personalidade cultural única e distintiva para a cidade de Lisboa, estimulando a criação e promoção artística, investindo em projectos culturais de referência e potenciando o diálogo entre a cidade e os seus públicos, locais, nacionais e internacionais” (site da EGEAC). Em 1995, a Câmara Municipal de Lisboa cria a EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa. Integravam a empresa o Castelo de São Jorge, o Teatro Taborda, o Palácio Pankas Palha, o Chafariz de Dentro, o Convento das Bernardas e o Palácio Marim Olhão. Em 2003 a empresa muda o seu nome para EGEAC, e passa a incluir novos equipamentos culturais. Como já referi, a EGEAC é a empresa que gere o Castelo de São Jorge, cobrando sete euros pela entrada dos visitantes. No entanto os residentes do concelho de Lisboa estão isentos deste pagamento. Apesar desta isenção, as pessoas com quem pude falar acerca deste assunto mostraram o seu desagrado em relação ao mesmo dando relevância ao facto de nenhuma percentagem do valor cobrado aos visitantes do Castelo reverter a favor da freguesia visto que *O Castelo é nosso!* (da freguesia) e que com o preço que é praticado alguns turistas acabam por desistir de entrar no Castelo e circulam mais pela freguesia o que também provoca o seu desgaste. *Por exemplo não se pagava entrada! Eu não pago nada, mas quem quer ir tem que pagar sete euros e isso para mim é um roubo autêntico, e para ver o quê? O rio, árvores a tapar as vistas e as pedras e mais nada! Ainda tínhamos um jardim, tínhamos patos nuns lagos. Agora é só mamarrachos ali! E por que é que não fizeram ali um parque de estacionamento? Fazia aqui falta para quem tem carro e mora aqui. Eu já tive mas já não tenho, mas era bom para a minha filha e para outras pessoas. Não vão pôr os carros lá para cascos de rolha não é?*

Pude reparar na comparação que por vezes é feita em termos do antes e depois EGEAC, já que antes desta empresa ter começado a explorar o Castelo de São Jorge, o Castelo estava

⁸ Os equipamentos culturais sob gestão EGEAC são: Castelo de São Jorge, Cinema São Jorge, Teatro Municipal Maria Matos, Museu da Marioneta, Museu do Fado, Palácio Marquês de Pombal, Palácio Marquês de Tancos, Padrão dos Descobrimentos, Teatro Municipal São Luiz e Teatro Taborda.

sob a alçada da freguesia e *não se cobrava nada para entrar, e há um bocado a revolta por isso!* No entanto, o Castelo continua a ser visto como pertencente à freguesia: *Para a nossa gente o Castelo é um só, não o vemos como um monumento, não há dois espaços distintos, é um todo. Mas a população acaba por ser prejudicada porque eles agora fazem lá festas e assim.*

Com efeito, embora exista uma relação entre a junta de freguesia e a EGEAC, esta não é muito próxima porque, como me disseram na junta de freguesia, *eles são muito autónomos e posso dizer que muitas vezes, quando sabemos as coisas, os factos já estão consumados. Deveria haver uma sintonia entre ambas as partes e não existe. Por exemplo, nós soubemos que o Castelo ia aumentar o preço por uma notícia do jornal. Mas a ideologia devia ser: temos que informar quem de direito porque isto é uma fonte oficial dentro da freguesia* (referindo-se à junta de freguesia).

Outra questão muito importante para a freguesia do Castelo é, sem dúvida, o Projecto Integrado do Castelo (PIC). Este projecto surge inserido nos trabalhos de reabilitação dos bairros históricos de Lisboa tendo como objectivos a melhoria das condições de vida e de habitabilidade da população, a dinamização das actividades económicas e dos equipamentos sociais, culturais e das infra-estruturas, a valorização do património, e o impulso do turismo. No início do PIC, as casas estavam, na sua maioria, degradadas e muitos edifícios em ruínas. Uma grande parte das habitações não dispunha de instalações sanitárias particulares. É neste sentido, de requalificação, de melhoria destas condições e da atracção de jovens ao Castelo, que surge o PIC.

O Projecto Integrado do Castelo tem tido, desde o seu início, em 1995, grandes implicações para a população, nomeadamente ao nível das suas condições de vida, e das sociabilidades que ocorrem naquele espaço.

Apesar da validade e do valor dos objectivos do PIC, estes ainda não estão totalmente cumpridos. De acordo com um morador, *Isto supostamente estaria dividido em três fases, mas as três fases já lá vão! Há ainda muitos prédios para requalificar no Castelo. As primeiras fases para mim são fases experimentais e deram-nos muitos problemas. Eu costumo dizer que quando a primeira fase acabar vai ter que arrancar novamente porque as casas vão estar tão degradadas ou mais do que aquilo que estavam quando começaram a*

ser mexidas. Um dos principais problemas levantados é o facto de haver muitas casas que ainda não sofreram as obras de remodelação. A reconstrução das casas também não contou com a opinião dos moradores. *Os arquitectos e engenheiros foram lá a casa e eles próprios viram o que se ia fazer sem perguntarem às pessoas se precisavam disto ou daquilo!* Eu não tive oportunidade de verificar a veracidade destas informações mas foi-me relatado por duas vezes distintas o facto de haver situações em que as sanitas estão colocadas dentro do polibã ou do outro lado do polibã sendo que as pessoas têm que passar por cima deste para poderem utilizar a sanita. Outra quimera relatada prende-se com as banheiras estarem colocadas por baixo de vãos de escada e as pessoas não caberem lá dentro em pé. Mas como referi não tive oportunidade de ver nenhuma situação assim ou semelhante. Outra questão apontada prende-se com os materiais de construção utilizados. *Em muitos casos as reconstruções não foram feitas com os materiais mais indicados porque hoje em dia há muitas casas com problemas de humidade, coisa que antes não acontecia.* A reabilitação das ruas também foi um problema mencionado. Em muitos casos essa reabilitação não foi feita, e noutros, em que a reabilitação foi efectiva, não teve muito sucesso pois mantiveram as ruas como eram não tendo em conta necessidades especiais dos habitantes como sejam as dificuldades nas deslocações. *Mesmo a reconstrução das ruas, como é o caso da Rua do Espírito Santo (onde se situa a Junta de Freguesia), a primeira a ser arranjada, não foi feita a pensar nos moradores, mas sim em manter a rua original que não é muito prática à maioria dos moradores, idosos, que têm muitas vezes dificuldade em andar.*

Todas estas situações, apesar de válidas e de extrema importância para os moradores, deixam antever outra questão. A percepção do antes e do depois vai de encontro à relação problemática com as instituições.

Mas, o que eu pude verificar ao longo de todo o meu trabalho de campo foi o desinteresse por parte da população em relação ao PIC pois as pessoas não sabem em que patamar está o projecto, o que vai ser feito a seguir. Além disso, o PIC veio alterar bastante as relações de sociabilidades existentes na freguesia, situação que mencionarei mais adiante neste trabalho.



Recentemente surgiu a notícia de que as juntas de freguesia de Lisboa vão ser reorganizadas. Hoje existem 53 freguesias bastante díspares entre si, sendo que a maior é a de Santa Maria dos Olivais e a mais pequena é a freguesia dos Mártires. Esta reorganização implica a união de doze freguesias, passando assim a existir apenas vinte e quatro freguesias na cidade de Lisboa e os seus objectivos são a atenuação das disparidades existentes.

No caso da freguesia do Castelo, caso o reordenamento aconteça efectivamente, esta deixa de existir ao unir-se às seguintes freguesias; Mártires, Sacramento, São Nicolau, Madalena, Santa Justa, Sé, Santiago, São Cristóvão/São Lourenço, Socorro, São Miguel e Santo Estevão.

Eles querem pôr todas juntas mas eu não acho isso bem. O Castelo é o Castelo! Ainda para mais por ser a primeira freguesia do país, e assim devia continuar a ser! Se quiserem fazer isso com as outras façam mas o Castelo tem que continuar a ser o Castelo! A população quer manter a sua situação igual ao que sempre foi, mas, ainda assim, querem as facilidades da vida “moderna”.



Fonte: <http://espiralpositiva.blogspot.com/2011/02/reforma-da-organizacao-administrativa.html>

3. Sociabilidades e quotidianos

Uma das coisas que rapidamente me apercebi foi que a freguesia é vivida e percebida como um sítio singular, distinta da cidade envolvente. Mais uma vez: *O Castelo é o Castelo*. Quem ali vive conhece muito bem as sinuosidades da zona e reconhece as especificidades histórico-patrimoniais inerentes à freguesia. As ruas são palco de diversos acontecimentos comuns ou particulares que de alguma maneira marcam a identidade dos habitantes da freguesia, individual ou colectiva. *Viver aqui é especial!* A freguesia é ainda sentida como espaço fechado devido à sua localização intramuros. O facto de haver apenas uma entrada e uma saída da freguesia é considerado uma das suas características principais, segundo as pessoas com quem falei. Outra questão muito importante que me foi colocada prende-se com a questão de esta freguesia ser como uma aldeia no meio da cidade.

A maioria das pessoas que ali vivem conhecem-se e muitas já lá moram desde sempre tendo recordações de tempos já idos. (...) *jogava à bola ali no largo em miúdo, fazíamos torneios de bola, fazíamos tanta coisa aí. As festas populares eram as festas mais bonitas que havia em Lisboa*. Mas antigamente havia um relacionamento mais próximo entre as pessoas. *Agora mudou muito! Era muito diferente, o povo era mais unido e havia camaradagem! Se um precisasse, todos ajudavam e agora já não*. Há assim, uma percepção da população em relação ao passado como uma comunidade homogénea e de entreajuda contrabalançada com a percepção do presente em que os novos habitantes desestruturam essa comunidade homogénea. Pelo que eu pude apreender, este afastamento deve-se essencialmente a três questões: primeiro, com o PIC algumas pessoas da freguesia tiveram que sair das suas casas para que se dessem as obras o que provoca afastamento⁹, mesmo quando as pessoas voltam *já não é a mesma coisa*; segundo, sendo uma freguesia na qual a maioria das pessoas são idosas, algumas acabam por morrer, outras saem para irem para um lar ou para junto de familiares; terceiro, há algumas pessoas, mais jovens, a ir morar para o Castelo. Como um informante me disse, *Quem vem para aqui de novo está habituado a prédios onde não conhecem os vizinhos e trazem isso para aqui*. No entanto ainda se vê uma relação de vizinhança e de entreajuda bastante

⁹ Quando começaram as obras foi atribuído um subsídio aos moradores que tivessem que sair das suas habitações. O valor era dado consoante o número de elementos do agregado familiar: oitenta euros por uma pessoa; cem euros por um casal; e cento e vinte euros por um casal com filhos.

vincada, especialmente entre os mais velhos. Mas, se os idosos são muitos, as crianças são muito poucas. Por vezes juntam-se bastantes crianças a jogar à bola no Largo de Santa Cruz do Castelo mas *se fores a contar vês que cinco são aqui da freguesia e dez são de freguesias vizinhas.*

Hoje em dia algumas coisas mudaram, mas, *sinceramente não vejo grandes mudanças desde há vinte anos para cá, um ou outro café que abriu, mesmo com o Projecto Integrado do Castelo não vi grandes mudanças, no geral está tudo praticamente na mesma. As condições de vida melhoraram mas não o bastante.*

Se algumas pessoas acham que as coisas pouco ou nada mudaram nos últimos anos, outras acham que muita coisa mudou nos últimos quinze ou vinte anos embora as mudanças positivas não fossem as suficientes. Mas o que se nota é um sentimento de nostalgia em relação ao passado, às vivências que foram ali passadas, especialmente no caso dos mais velhos.

Mas olhe que lembro-me de ser miúdo e entrava lá para dentro (do Castelo) mais outros e lá um comandante metia-nos na prisão, mostrava-nos como era aquilo lá dentro. Era muito engraçado! Agora é tudo muito diferente! Olhe por exemplo até acabaram com a Guarda Republicana, era ali naquele edifício ao lado do Castelo! Ali era uma esquadra, e agora até nos fazia cá falta.

Numa altura em que as mudanças parecem ocorrer muito rapidamente, verifica-se uma sensação de ruptura em relação ao passado que origina sentimentos nostálgicos. Para fazer face à mudança observa-se uma tentativa de resgate do mesmo, em que o passado é recriado e, por vezes, inventado. O passado é visto como uma âncora, uma forma de escapismo que proporciona o regresso, embora utópico, à autenticidade e à tradição. Aquilo que era e como era (e que já deixou de ser porque as mudanças ocorrem em qualquer sociedade) é que é bom. Mas, embora as pessoas provavelmente estivessem descontentes na altura, as memórias são selectivas daquilo que querem recordar, alterando por vezes as situações e circunstâncias em que o passado aconteceu.

Actualmente, ainda se mantêm activas relações de entreaajuda, embora não tão fortes. *Sim, as pessoas falam-se na rua, se passarem por nós dizem Bom dia. Mas já não é nada do*

convívio que havia antigamente! Antigamente até nos juntávamos todos para comer, e hoje já não há disso. Mas aqui ao café é que se vem muita vez, e está-se aqui um bocado! Às vezes ainda aqui como uma tigelinha de sopa, um petisquito, um bocadito de conversa, e depois vai tudo à sua vida, para casa. E depois a televisão também distrai, mas aquilo é só telenovelas.

“A rádio, primeiro meio de comunicação a entrar nos lares, alterou profundamente as relações sociais e familiares, transformou as rotinas estabelecidas e instituiu outras que haveriam de perdurar ao longo de todo o século XXI” (Ribeiro, 2010:115). A importância que este meio de comunicação adquiriu foi substituída pela televisão, mas a prática mantém-se, constituindo um profundo impacto nas relações e organização da família e da comunidade. O entretenimento sofreu uma grande alteração devido à emergência dos meios de comunicação de massas. “Durante séculos, a produção e o consumo de entretenimento estiveram circunscritos a espaços criados para o efeito, como os estádios, as arenas, os anfiteatros e os teatros. (...) Com a Revolução Industrial, esta realidade alterou-se, na medida em que as novas formas de organização do trabalho aumentaram o tempo disponível para o lazer” (Ribeiro, 2010:119 -120). No Castelo era habitual ir-se para as associações ver televisão, visto que nem todos a tinham nas suas casas. Também era comum pôr-se uma televisão ou o rádio na rua, e várias pessoas se juntavam para esse efeito. Actualmente esta prática não é muito visível na medida em que, como praticamente todos têm estes aparelhos de comunicação em casa, não vêm a necessidade de se juntar para o fazer fora do seu lar.

Aqui há quinze anos, era muito diferente! Por exemplo, no Beco do Forno era capaz de ver mantas estendidas no chão às dez horas da noite e nós estávamos lá a jogar às cartas, a brincar e era capaz de se pôr a televisão na rua, mas agora não, as pessoas fecham-se muito em casa.

É preciso notar que as percepções do passado são reconstruídas consoante as vivências do presente. É provável que há quinze ou vinte anos atrás as pessoas se queixassem de outra questão qualquer, que agora foi alterada, e possivelmente daqui a quinze ou vinte anos, outras questões surgirão dando lugar à contestação.

Um dos motivos do afastamento das pessoas prende-se também com a vinda de bastante gente nova para a freguesia. Entre estas pessoas *há aquelas que se integram bastante bem no ambiente típico do bairro, na nossa rotina, mas há outras que às vezes nem a saudação dão, sabemos que são vizinhos e mais nada*. Estes novos moradores, provavelmente habituados a outro tipo de vivências de vizinhança, mantêm-se mais afastados, tendo alguma curiosidade em ver a marcha a sair ou a procissão a passar, mas não se envolvem. Mas claro que há sempre uma excepção há regra. Um dos meus informantes falou-me de um senhor que chegou à freguesia e integrou-se rapidamente: participa na procissão, e só não participa na marcha porque os horários não lho permitem. No entanto, acompanha sempre a marcha à Avenida e ao Pavilhão, ajuda a enfeitar as ruas.

Como já referi, com o Projecto Integrado do Castelo muitas pessoas saíram das suas casas. Houve muitas que não voltaram porque morreram ou porque acabaram por se manter noutra sítio. Das pessoas que voltaram, muitas já tinham perdido os maridos ou as mulheres, ficando sozinhas. Além disso, a idade também avançou e as pessoas têm maior dificuldade de locomoção. *O Castelo sempre foi de calçada, mas não calçada assim (...) e por aqui passam milhares de pessoas, carros, tractores porque continuam as obras. É o estado da calçada origina quedas constantes, um dos factores pelo qual as pessoas se isolam em casa*. Desta forma, há uma maior tendência ao isolamento das pessoas. O facto de não haver um centro de dia, ou um espaço onde as pessoas se possam juntar também é um influenciador desta situação. *Mas, mesmo havendo algum sítio, não sei se iria resultar porque as pessoas estão tão habituadas ao isolamento, mas claro que contribuiria positivamente para esta situação*. No entanto, quando está bom tempo esta situação é facilitada na medida em que as pessoas saem mais: *algumas vão até ao castelo, sentam-se lá a jogar às cartas, as senhoras a fazer renda*.

Um espaço de convivência na freguesia do Castelo, além dos já referidos, é o Grupo Desportivo do Castelo. Esta é uma colectividade que organiza diversas actividades para os membros da freguesia, além de ser um ponto de encontro entre os habitantes, embora apenas esteja aberto à noite.

(...) temos coisas boas, por exemplo o clube desportivo. Já fomos campeões nacionais, em pingue-pongue, futebol de sete. Mas a Câmara agora quer dar outro edifício mas não quer arranjá-lo. O bem feito era se fizessem um pavilhão. Mas aquilo já não é o que era

antigamente, agora há muita gente que já nem lá vai. Eu gosto de trabalhar para a comunidade mas muita gente aqui não, só pensam neles.

A organização das Marchas Populares tem estado a cargo do Grupo Desportivo do Castelo, que desta forma, procura defender os usos e costumes da freguesia. A cultura e o desporto sempre estiveram na lista de prioridades da colectividade. Presentemente na freguesia há aulas de capoeira, aulas de ginástica de manutenção e futebol de cinco. Este ano também foi abrangido um projecto, pela junta de freguesia de Actividades de Tempos Livres (ATL) que funciona entre as quinze e as dezanove horas, conforme a disponibilidade dos pais. Além do mais, todos os anos, por altura do Verão é organizado um mini campo de férias, em sintonia com a Câmara Municipal de Lisboa para crianças dos seis aos doze anos de idade. Há ainda um curso de informática a decorrer. Apesar de este ser dirigido aos mais velhos, há sempre possibilidade de os mais novos também participarem. Ao longo do ano vão também sendo organizados passeios a diversos locais que antes eram dirigidos apenas à terceira idade, mas que desde há quatro anos se destinam a toda a população. Também têm organizado um grupo que sai todos os anos no desfile de carnaval de Lisboa. *À medida que nos vamos metendo nessas iniciativas, as pessoas vão-se integrando nesses grupos e vêm cada vez mais à procura dessas tradições.* Quem procura estas tradições não são apenas as pessoas residentes ou com ligação específica ao Castelo, mas também pessoas de fora que por algum motivo sentem a ligação àquela zona, embora haja muitas pessoas que não sendo actuais moradores da freguesia, já o foram e devido às obras de reconstrução da freguesia ou a outros motivos pessoais ou profissionais saíram do Castelo. Tal como algumas pessoas me disseram e que eu também me fui apercebendo disso, o Castelo é um sítio especial, singular, onde, apesar de algumas dificuldades que possam estar presentes, as pessoas sentem orgulho a pertencer. É claro que algumas das percepções acerca deste local são construídas exteriormente, por vezes baseadas em estereótipos traçados a partir de sociabilidades públicas, momentos rituais, que embora sejam vividos na primeira pessoa pelos que pertencem à freguesia, também são vividos, ainda que, provavelmente, não tão intensamente por pessoas externas à freguesia. Mas mesmo estes entendimentos formulados externamente acabam, não raras vezes, por ser adoptados pela população residente que encontra neles reconhecimento, embora esta percepção conflitue com as condições de vida do lugar. A internalização do discurso dialoga, portanto, constantemente com necessidades de ordem prática. O conflito com as instituições demonstra isso mesmo. Com o cariz social das iniciativas que desenvolve, a junta de freguesia apresenta-se aqui como um agente de salvaguarda e manutenção das sociabilidades locais

4. Bairrismo e folclorismo

As marchas populares de Lisboa são uma marca da freguesia de Santa Cruz do Castelo.

As marchas populares lisboetas são uma prática relativamente recente. Foram criadas em 1932 por José Leitão de Barros¹⁰, a convite de Campos Figueira, director do recinto de espectáculos do Parque Mayer. As marchas populares vieram promover a concorrência identitária dos diversos bairros de Lisboa que ainda nos dias de hoje é visível (Melo, 2001).

Seguindo a teoria de Hobsbawm e Ranger (1994), pode-se afirmar que as marchas populares são uma invenção da tradição, visto terem sido formalmente construídas e instituídas num período de tempo curto e passível de datação (Melo, 2001). No entanto, apesar de imposta, esta prática teve logo uma imensa aceitação não só pelos moradores dos bairros em questão, como também de classes mais elitistas. Tal concorrência deveu-se à muita publicidade que foi feita ao evento.

"O povo, com todo o pitoresco da sua ingenuidade e com o calor da sua alegria espontânea, vai festejar a noite de Santo António; prepara os seus arcos alegóricos, marca as suas danças e apresta-se para se apresentar no grande concurso." (Jornal *Noticias Ilustrado*, 5 de Junho de 1932).

As marchas populares de Lisboa contaram ainda com a intromissão directa dos poderes políticos. A partir de 1934 a organização das marchas é da competência exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa, excepto em 1940, ano em que a organização do evento fica a cargo da Comissão Executiva das Comemorações dos Centenários. A Câmara Municipal de Lisboa anunciou que a sua iniciativa visava "proporcionar à população da capital alguns dias

¹⁰ José Leitão de Barros foi uma figura notável no campo da animação cultural, tendo organizado diversos espectáculos de reconstituição histórica. Foi uma personalidade influente nos meios jornalístico e cultural de Lisboa tendo sido director do *Noticias Ilustrado*. Além de animador cultural foi ainda pintor, dramaturgo, cenógrafo, cineasta. Desempenhou também cargos públicos, tendo sido funcionário do Ministério de Instrução Pública.

de alegria e desenfado, mas também contribuir, com espectáculos de evocação artística e cultura histórica, para a educação de um povo, fazendo ressurgir, ao mesmo tempo, alguns aspectos pitorescos da vida cidadina, injustamente esquecidos” (CML, 1934).

A autarquia chamou então a si a organização das marchas e integrou-as no que chamaria de Festas da Cidade. Os doze bairros, cada um com uma marcha, saíram para a rua e desfilaram com música, traje e coreografia inspirados num tema que se pretendia a reconstituição de um uso ou costume local, entoando canções de cariz popular. Em poucos anos, a cidade apropriou-se das marchas como símbolo de uma identidade perdida entre o rural e o urbano que, embora uma novidade enquanto celebração do santo popular de Lisboa, convivem e até potenciam a tradição dos arraiais e bailes populares. Desde então, a autarquia lisboeta, agora em colaboração com a EGEAC, tem sido responsável pela organização das festas tradicionais do mês de Junho.

A freguesia do Castelo ganhou pela primeira vez o concurso das marchas populares de Lisboa em 1935 juntamente com as marchas de Alfama, Benfica, Campolide, Graça e Madragoa.

Nos dias de hoje, as marchas populares continuam a ser uma marca em várias freguesias lisboetas. No caso específico da freguesia do Castelo a marcha é um dos pontos altos para a população que leva o ano inteiro nos preparativos para a noite de Santo António. É também nesta noite que se costumam fazer arraiais por toda a cidade, arraiais esses fortemente destacados em cada uma das freguesias marchantes. Desde o começo das obras do Projecto Integrado do Castelo que a freguesia não tem arraial. Tal como me foi dito, *Desde que começou a situação de reabilitação urbana não se vêem reunidas as condições de segurança para que se realizem arraiais de Santo António dentro da freguesia.* Inclusive, o Castelo está vedado com barras de segurança e policiamento, sendo que para se entrar tem que se provar que se é morador. Mas, este não tem sido um problema para grande parte da população, especialmente os mais idosos, já que quando havia arraiais gerava-se o caos na freguesia e muitos, principalmente quem morava no rés-do-chão, acabava por sair da freguesia nessa noite. *Quando houve baile pela última vez há dezasseis anos a idade era outra, e agora as pessoas já estão habituadas a este sossego. Isto aqui era uma confusão na noite de Santo António, e continua porque do lado de fora são montadas barracas de comes e bebes e é um mar de gente, nem se consegue passar! A própria marcha, para voltar a entrar na freguesia, vinda da Avenida da Liberdade e do*

Pavilhão tem que entrar pela parte de trás do Castelo (usualmente fechada). Mas, apesar de não haver arraial, é feito um convívio pelos marchantes ao pé do Grupo Desportivo do Castelo (que é quem organiza a marcha do Castelo) enquanto não saem os resultados. A esta pequena festa, por norma, juntam-se outros habitantes da freguesia. Esta situação acaba por contribuir para a manutenção da existência de uma identidade colectiva muito própria, já que toda a situação é bastante vivida internamente. “A festa, no que respeita à identificação de uma comunidade, desempenha um imprescindível papel simbólico mediador” (Teixeira, 2010:29). A supressão da festa é prejudicial à comunidade no sentido em que lhe retira parte da sua identidade. “Sem celebrações festivas, portanto, desmoronam-se as bases da comunidade, perdem-se as ocasiões de sociabilidade. A festa vincula, socializa, identifica; sem festas, os indivíduos isolam-se. (...) As festas são uma restauração periódica das fontes da sociedade” (Teixeira, 2010:29).

O orgulho que os marchantes e habitantes da freguesia sentem na sua marcha também é bastante visível. Este orgulho não é só pelos resultados que o seu trabalho presenteia, mas também porque vem muita gente de fora para assistir à marcha a sair para a Avenida da Liberdade. *Apesar de não haver mais nada vêm ver-nos sair portanto é mais um incentivo para a tradição se manter!* Falaram-me no caso de um senhor que tinha o sonho de desfilar pela marcha do Castelo especificamente. Ao que consegui apurar o senhor tem perto dos sessenta anos e não é da freguesia, mas este ano vai desfilar pela primeira vez pela marcha do Castelo. *Mas, o que nos move a nós não é o mesmo que os move a eles. Isto é um bichinho que está no sangue, vai de geração em geração. O orgulho com que fazemos isto é diferente do das outras pessoas, é bairrismo puro.* Mas, se a maioria da população se envolve e apoia a marcha, também há pessoas que acham que a marcha é desnecessária, que é uma maneira supérflua de gastar dinheiro. No caso dos temas usados como inspiração para a preparação do desfile, estão sempre evidenciados temas relacionados directamente com a freguesia. *No entanto, de há uns quatro ou cinco anos a esta parte têm-se andado a explorar outros temas da freguesia que não os cavaleiros e as donzelas, porque aqui havia muitas outras coisas, mas todos os marcos importantes vão sendo contemplados. Nos últimos anos têm-se explorado as vendedeiras por exemplo, já que existiam imensas na freguesia. Tentamos ir buscar essas coisas um bocado esquecidas na história.*

As marchas populares de Lisboa não são a única festa importante para a freguesia, havendo também a Procissão de São Jorge. Esta procissão, por norma, realiza-se no último

Domingo de Maio, mas, por vezes, sai no primeiro Domingo de Junho, caso coincida com a Procissão da Nossa Senhora da Saúde, já que tem de haver um intervalo certo entre elas. Nesta procissão o andor de São Jorge acompanhado de uma serie de outros andores saem da Igreja percorrendo todas as ruas da freguesia. O andor de São Jorge, padroeiro da freguesia também acompanha a Procissão da Nossa Senhora da Saúde, saindo do Castelo escoltado pela Guarda Nacional Republicana, montada a cavalo e encontrando-se com a procissão na freguesia do Socorro. Em ambas as procissões, tal como nas marchas, a população envolve-se. E se há aqueles que acompanham as procissões, os que não o fazem ficam a vê-las passar na rua ou nas janelas de suas casas.



Fonte: <http://orebate-dorotydimolitsas.blogspot.com/2009/06/festa-de-santo-antonio-em-portugal.html>

Festa e identidade são conceitos que se interligam pois enquanto o “grupo festeja (...)”, a festa cria ou reforça a identidade (Teixeira, 2010:18). A festa exige uma cuidada organização: distribuição das tarefas, distinção dos papéis, hierarquização dos eventos, alinhamento dos momentos, diferenciação das personagens, marcação dos lugares” (Teixeira, 2010:18). Outra característica das festas é a sua periodicidade. Não é invulgar haver festas mensais, anuais, dos vinte e cinco anos, dos cinquenta anos, de centenários, entre outros exemplos. “O calendário é, por si só, um eloquente testemunho do processo de identificação de um povo” (Teixeira, 2010:20). Segundo Joaquim de Sousa Teixeira (2010) há três tipos de festa: as que se diferenciam dos ritos quotidianos pela amplitude do ritual; as que se distinguem do divertimento banal pela espessura da festividade; e as que se

situam no intermédio da cerimónia e do divertimento. Todos os tipos de festa têm como referente um objecto sagrado ou sacralizado (os aniversários, as comemorações, etc.).

“A festa proporciona assim oportunidades e significados, vividos num dado momento da história da família e dos seus membros, periodicamente actualizados através de registos, memórias e de partilha de sentimentos individuais e colectivos. A festa é, na sua essência, um processo de interacção, no qual, através da comunicação entre participantes, se vai transformando a realidade que objectivamente a suscita numa entidade subjectiva que se constitui como um património cultural, social e afectivo; perdurando, este confere estabilidade e segurança e fortalece a coesão do próprio grupo que a celebra” (Pinto e Ribeiro, 2010). Nesta linha podemos também referenciar o trabalho de Victor Turner que estudou as questões do ritual no seu trabalho de campo junto dos Ndembu. Para Turner, os mais variados tipos de rituais tinham o propósito de estruturar a comunidade. Também Émile Durkheim se debruçou sobre estas questões, colocando o ritual como peça fundamental para a compreensão das sociedades.

De facto, a comunidade da freguesia do Castelo pode ser caracterizada como uma família pelas relações que se estabelecem e pelas suas sociabilidades, referidas anteriormente. No entanto esta situação já se diferencia bastante daquilo que se passava em tempos idos. À pergunta: *Concorda comigo se disser que a comunidade do Castelo se assemelha a uma família?* Foi-me respondido: *Concordo, embora há uns anos concordaria mais. Agora cada um olha mais à sua barriga mas quando é necessário está lá toda a gente.*

“Enquanto o folclorismo engloba ideias, atitudes e valores que enaltecem a cultura popular e as manifestações nela inspiradas, por folclorização entende-se o processo de construção e institucionalização de práticas performativas, tidas por tradicionais, constituídas por fragmentos retirados da cultura popular, em regra, rural. O objectivo é representar tradição duma localidade, duma região ou da nação” (Freitas Branco e Castelo-Branco, 2003:1).

As marchas populares constituem um exemplo de folclorização na medida em que são manifestações de uma tradição construída. Segundo Jorge Freitas Branco (1995) a folclorização da cultura popular começou a expandir-se em 1940, ano em que se comemoravam os centenários da República, e o ano em que se realizou a Exposição do Mundo Português. Freitas Branco diz ainda que “O processo de folclorização caracteriza-se

por uma acção coordenada de definição de diferenciações regionais concertadas na unidade nacional. O sujeito povo tende a ser substituído pelo complemento popular” (1995:169).

Desta forma podemos considerar o folclore como o conjunto dos costumes e tradições populares que são transmitidos de geração em geração através de festas e outras actividades culturais, de lendas, contos, objectos entre outros construídos institucionalmente, sendo apropriado pelo mesmo povo que representam como parte integrante da sua identidade e memória colectivas. No entanto, em muitas situações, como é o caso das marchas populares de Lisboa há uma aderência ao discurso oficial. São os poderes influentes que criam estas práticas de forma a que, com a adesão do povo, estas se tornem uma prática generalizada e, portanto, “tradicional”. Pode-se então considerar aquilo a que Hobsbawm e Ranger (1983) definiram como a invenção da tradição. Uma tradição que, não obstante de ser inventada, se torna habitual e, portanto, significativa.

Se tivermos em atenção os últimos oitenta anos podemos verificar que as marchas populares tiveram um grande sucesso e aderência popular, sendo hoje um acontecimento bastante marcado que acontece na noite de Santo António, de 12 para 13 de Junho.



Fonte: <http://semanassantas.blogspot.com/2009/04/procissao-do-enterro-do-castelo-lisboa.html>

Outra situação que marca bastante o bairrismo existente, e que se interliga com as Marchas Populares de Lisboa é o relacionamento com as freguesias vizinhas. Relativamente à freguesia mais próxima, a de Santiago, as maiores diferenças prendem-se com o nível de extensão e com o número de eleitores, sendo que em ambos os casos são maiores que a freguesia do Castelo. Mas, como me foi dito, *nós conseguimos ter mais do que aquilo que eles têm. Nós conseguimos prestar serviços à nossa população e à população deles porque os habitantes de Santiago frequentam o nosso posto médico. A única coisa que eles têm é um advogado três vezes por semana. Aí existe um protocolo, eles frequentam o médico e nós o advogado, se bem que a proporção é muito desigual: há três ou quatro moradores do Castelo a visitar o advogado por ano e, se calhar, dez de Santiago a frequentar o médico por semana.* Relativamente a Santiago foi ainda apontado que as pessoas de lá têm tendência a dizer que são do Castelo, tomando as duas freguesias como uma só. No entanto, Santiago tem uma situação mais dormitória, também porque tem mais jovens. O problema do estacionamento é semelhante ao que acontece no Castelo, mas no caso da freguesia de Santiago, alguns prédios já estão apetrechados com garagem. *Até podemos estar mais ou menos ao mesmo nível que eles, mas acho que nós tentamos lutar por algo mais, mas claro que eles também vão beneficiar com isso.* Para as freguesias que estão mais afastadas não há tanta noção do que se vai passando, mas no geral, todas as freguesias têm mais serviços como farmácias e mercearias.

No que diz respeito a rivalidades, estas acontecem com maior força na altura dos Santos Populares e praticamente é só em relação a Alfama. Como um morador me explicou, *Em relação a Alfama há rivalidade porque estamos a falar de duas das melhores marchas de Lisboa, não desfazendo nenhuma outra e o bairrismo marca essa rivalidade e o resto vem por acréscimo! Eles acham que Alfama é melhor e assim, é mesmo o bairrismo a falar por si! Mas não é nem com Santiago nem com São Cristóvão, é mesmo só com Alfama.* Na altura dos Santos Populares quem é de Santiago apoia a marcha do Castelo e por isso não há qualquer tipo de competição. Vê-se aqui, portanto, que as fronteiras identitárias são práticas e alteram-se segundo as circunstâncias.

5. Encenações e ambivalências

Não há dúvida que toda a área envolvente do Castelo de São Jorge é muito requisitada por parte dos turistas. Esta situação não é de estranhar quando toda a zona está repleta de historicidade, ao percorrermos todo o caminho que vai desde a Baixa até ao Castelo. Ao passar a Igreja da Madalena e depois pela Sé Catedral de Lisboa, e subindo pelas ruas de Augusto Rosa e do Limoeiro até chegar ao Miradouro de Santa Luzia, onde se vira à esquerda até chegar à Rua do Chão da Feira pode-se ainda verificar a quantidade de lojinhas de artesanato e lembranças que se pode encontrar, com os seus postais na rua e ainda outros objectos que, mudando o nome, podemos encontrar noutros países.

Pude-me aperceber, no decorrer do meu trabalho de campo que os turistas por vezes são alvo de conversas por parte dos habitantes. É bastante frequente os residentes da freguesia trocarem impressões sarcásticas acerca dos turistas, que acabam por ser caricaturados. São também acusados de interferirem com a vida dos moradores, embora também haja vantagens na chegada dos turistas. Penso que seja na incompreensão e em pequenas diferenças visíveis até na postura que reside o humor algo negativo que atinge os turistas que visitam a freguesia. No geral, os turistas apenas se dirigem aos habitantes locais para perguntar indicações, sendo que o residente por norma se dispõe a dá-las prontamente, mas além disso não há uma grande relação entre o habitante e o visitante. No entanto, há uma grande dificuldade que influencia essas pequenas interlocuções por parte dos turistas: a língua, já que a maioria da população local não sabe falar inglês. Além disso, se a maioria dos turistas se mantém nas ruas principais da freguesia, especialmente na Rua de Santa Cruz do Castelo, há turistas que se aventuram mais pelo interior da freguesia, situação que os moradores não vêem com bons olhos. Devido à maior afluência de turistas as crianças já não podem brincar na rua à vontade, sem vigilância, já praticamente ninguém deixa as portas abertas, já não há a segurança que outrora existia. Outra queixa frequente por parte da população prende-se com a entrada e saída da freguesia, especialmente de carro. A bilheteira do Castelo fica na Rua de Santa Cruz do Castelo, a primeira rua à entrada da freguesia. Isto origina o ajuntamento de turistas naquela rua e, conseqüentemente, uma certa confusão. Algo revoltado, um habitante confidenciou-me: *Eles não querem saber se nós queremos passar ou não! Às vezes nem olham para nós e temos que apitar porque estão ali no meio da rua. Ou então põe-se a tirar fotografias e nós é que temos que esperar!*

Como outro morador me disse:

Nós temos uma particularidade que nenhuma outra freguesia tem: só temos uma entrada e uma saída. E às vezes para entrarmos na nossa própria casa vimo-nos confrontados com filas imensas de turistas que não se desviam e olham para os carros como se fossem óvnis ali na estrada e isso causa desconforto.

Mas, se há uma situação em que a freguesia lucra com a vinda de tantos turistas (tendo em conta, como já referi, que os lucros que a EGEAC tem com o Castelo de São Jorge em nada revertem a favor da freguesia) é através do comércio. Como me disse um morador: *No entanto, hoje em dia, até os turistas trazem a crise, já não compram tantas lembranças como em tempos acontecia.* Além disso, a sazonalidade do turismo afecta o sector do comércio pois há alturas em que são pouquíssimos os visitantes, sendo no Verão a altura mais abundante em termos turísticos. *Há bons turistas e há maus turistas! Há aqueles turistas que entram aqui e não compram nada! Não é como antigamente que vinham cá os americanos e gastavam rios de dinheiro! Mas isto devia levar uma volta grande!*

Há, assim, quase uma relação de amor-ódio por parte dos habitantes para com os turistas, embora os primeiros, por norma, estejam prontos a dar informações, sendo até uma forma de a população já idosa, reformada se distrair. Mas há uma incompreensão de parte a parte, já que os próprios turistas parecem nem ter a total noção de que aquela é também uma zona residencial, ou então, não querem saber, e por isso a população local acaba até por se cansar, já que a afluência turística é uma constante naquele espaço. Desta forma também se nota a distinção cada vez menor entre o Castelo e a freguesia em termos turísticos. Desde que o Castelo é pago à entrada que os turistas passeiam mais pela freguesia mesmo que depois acabem por entrar e visitar o monumento, coisa que não acontecia com tanta frequência.

Conclusões

Numa conjuntura pautada pela ameaça do desaparecimento de referentes de identidade, estabilidade e pertença é produzido um sentimento nostálgico em relação ao passado que se traduz numa tentativa de resgate do mesmo. Nestas circunstâncias o passado é idealizado e, não raras vezes, inventado. Mas, se a globalização promove o desaparecimento de barreiras culturais através do maior contacto entre culturas e economias, também contribui para o desenvolvimento de localismos através de instrumentos de identificação locais que resultam frequentemente na construção de novos referentes simbólicos e colectivos através da valorização da memória e do património local.

A própria crítica relativamente aos trabalhos desenvolvidos em consequência do Projecto Integrado do Castelo, e que surgiu em todas as conversas que tive oportunidade de ter, poderá ser sintoma desta alienação que as pessoas sentem em relação ao passado. Se antes não estava tudo bem, agora está pior, e isto diz respeito tanto às habitações que foram remodeladas, como ao Castelo que agora está sob a tutela da EGEAC, como ao estacionamento que antes era caótico, mas que agora causa transtornos. É claro que há pessoas que acham que o Projecto Integrado do Castelo trouxe grandes melhorias, outras acham que a EMEL veio valorizar o espaço em termos organizativos, já que agora não há grande confusão de carros. Mas de todas as pessoas com quem falei, nenhuma estava contente com todas as mudanças que têm ocorrido nos últimos quinze a vinte anos.

É, assim, de enfatizar o conflito existente nesta freguesia entre o discurso e a prática. Se, por um lado há razões de ordem prática que geram conflito entre a população e os discursos e instituições oficiais, por outro lado, com a prática o discurso é internalizado e torna-se não só habitual como também uma importante categoria de significado para a população. Como exemplo encontramos as marchas populares.

Este conflito denuncia a tensão entre o discurso de preservação do património, e sua rentabilização por via do turismo, e o usufruto deste património por parte daqueles que são os seus sujeitos mais directos, ou seja, os habitantes da freguesia. Se, por um lado, estes declaram o “orgulho” em habitar um lugar simbólico, usando esse orgulho como forma de auto-identificação, por outro lado, debatem-se com os constrangimentos resultantes da sua condição de participantes numa construção histórica que, frequentemente, dificulta os seus quotidianos.

Não posso dizer que este trabalho esteja plenamente concluído visto que novas questões vão sempre surgindo, e torna-se impossível abarcar todos os aspectos de uma comunidade como esta, que tem características tão próprias. Para mais, as mudanças estão sempre a ocorrer não só com as próprias pessoas mas também com o espaço, e este é um trabalho com um prazo exíguo o que limita a investigação. Com certeza que se eu começasse este trabalho agora, de novo, o iria fazer de outra forma, provavelmente teria contacto com outras pessoas, as vivências seriam diferentes, e portanto o resultado não seria exactamente o mesmo. De qualquer modo tentei sempre ser o mais metódica possível de forma a manter a investigação fiável e com o maior rigor científico. Espero que esta dissertação seja um mote para que novas investigações ocorram, na freguesia do Castelo ou noutra freguesia, e que seja um facilitador do entendimento dos conceitos aqui abordados, tais como a memória e a identidade, assim como o património e o turismo, e também da população da freguesia do castelo, das suas vivências, práticas, actuais e antigas, como participantes de um património com características muito particulares que se reinventam ao longo dos tempos.

Bibliografia

1. Bibliografia Geral

Almeida, José Carlos (2005), *Celebrar Portugal, a Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

Anderson, B. (1991) *Imagined Communities*, London and New York, Verso.

Anico, Marta (2008) *Museus e Pós-Modernidade: Discursos e Performances em Contextos Museológicos Locais*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Ashworth, G. J. and Tunbridge, J. E. (1990) *The Tourist-historic City*, London, Belhaven Press

Augé, Marc (1994) *Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, 90 Graus Editora

Ballart, Josep (1997) *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*, Barcelona, Ariel Patrimonio Historico.

Branco, Jorge F.; Castelo-Branco, Salwa E. eds. (2003) *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*, ed. 1, 1 volume, Oeiras, Celta Editora.

Branco, Jorge F. (1995) "Lugares para o povo: uma periodização da cultura popular em Portugal", *Revista Lusitana*, nova série, números 13-14.

Bodnar, J. (1994) "Public Memory in an American City: Commemoration in Cleveland", in J.R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 74-89.

Câmara Municipal de Lisboa (1934) *Programa das Festas de Lisboa 1934*, Lisboa, CML.

Choay, F. (1992) *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.

Cohen, Anthony P. (1985) *The Symbolic Construction of Community*, London and New York, Routledge

Cohen, E. (1988) "Authenticity and Commodization in Tourism", *Annals of Tourism Research*, 15(3), 371-386.

Connerton, Paul (1993) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora.

Correia, Luís Miguel, (...), *Sobre a Intervenção no Património em Portugal: Uma Questão de Identidade*.

Cunha, Licínio (2003) *Introdução ao Turismo*, Lisboa – São Paulo, Editorial Verbo.

Cunha, Luís (2001) *A Nação nas Malhas da Sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da sua Identidade Nacional*, Porto, Edições Afrontamento.

Eriksen, T.H. (1993) *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*, London, Pluto Press.

Fentress, J. e Wickham, C. (1992) *Memória Social*, Lisboa, Teorema.

Fortuna, C. (...), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, Celta Editora.

Fortuna, C. (1995) "Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: Percurso Teórico, com Paragens Breves em Évora e Coimbra", *Revista de Ciências Sociais*, 43, 231-257.

Fortuna, C. (1997) “The Show Must Go On: Why are Old Cities Becoming Fashionable?”, in Laura Bovone (org.), *Mode*, Milão, Franco Angeli, 73-81.

Fortuna C., (1997) *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta.

Fortuna, C. e Peixoto, P. (2002) “A Recriação e Reprodução de Representações no Processo de Transformação das Paisagens Urbanas de Algumas Cidades Portuguesas”, in C. Fortuna e A. S. Silva (orgs.), *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 17-63.

Gellner, E. (1998) *Nacionalismo*, Barcelona, Ediciones Destino.

Gonçalves, António Costa (2002) *O recreio e lazer na reabilitação urbana: Almada Velha*, Lisboa, Edição Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

Handler, R. (1994) “Is ‘Identity’ a Useful Concept?”, in J. R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 27-40.

Hernández, Francisca Hernández (2002) *El Patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Gijón: Trea.

Halbwachs, M. 1992 [1925] “The Social frameworks of Memory” in L. A. Coser (ed. And transl.), *On Collective Memory*, Chicago, Chicago University Press, 191-235.

Hobsbawm, E. (1983) “Introduction: Inventing Traditions”, in E. Hobsbawm e T. Ranger (eds.), *The Invention of Traditions*, Cambridge, Canto, Cambridge University Press.

Huyssen, A. (2000) *Seduzidos pela Memória: Arquitectura, Monumentos, Mídia*, Rio de Janeiro, Aeroplano.

Jesus, Vinicius (2008) “A revitalização dos centros históricos a partir da implementação de equipamentos culturais e de lazer”, in *Revista Múltipla*, Nº 24, pp. 119 – 139, Brasília.

Kirshenblatt-Gimblett, B. (1998) *Destination Culture: Tourism, Museums and Heritage*, Berkeley, University of California Press.

Lowenthal, D. (1985) *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.

Lowenthal, D. (1994) “Identity, Heritage and History”, in J. R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 40-57.

Maccannell, D. (1976) *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*, New York, Schocken.

Mattoso, J. (2001) *A Identidade Nacional*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Mário Soares/ Gradiva.

Melo, Daniel (2010) *A Cultura Popular no Estado Novo*, Lisboa, Biblioteca Mínima.

Melo, Daniel (2001) *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Moreira, Carlos Diogo (2007) “Identidades Culturais, Pluralismo e Globalização”, *Revista das Ciências Sociais e Políticas*, Nº 1, p.31-41.

Moreira, Carlos Diogo (2007) *Teorias e Práticas de Investigação*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Moreira, Carlos Diogo (1994) *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Nora, Pierre (ed.), (1984-93), *Les Lieux de Mémoire*, 7 vols. : (1984) I. *La République* ; (1986) II. *Le Nation* (1, 2, 3) ; (1993) III. *Les France* (1, 2, 3), Paris : Gallimard

Peralta, Elsa (2008) *A Memória do Mar, Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Peralta, Elsa (2000) “Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural”, *Antropológicas*, Nº 4, p. 217-224.

Peralta, Elsa (1999) *Tierras de la Mora Encantada: Proyecto de Dinamización Cultural y Turística para el itinerario-exposición*, Centro Superior de Estudios de gestión, Analisis y Evaluación, Universidad Complutense de Madrid.

Peralta, Elsa (1998) *Animação Sócio – Cultural de Colectividades*, Lisboa [Associação Nacional de Animadores Sócio - Culturais].

Pinto, Helena Rebelo e Ribeiro, Maria Teresa (2010) “Há festa na família... Contributos da psicologia para o estudo de rotinas, tradições, celebrações e rituais familiares” *Comunicação e Cultura*, Nº 10, pp. 73 – 86.

Pires, Mário Jorge (2001) *Lazer e Turismo Cultural*, Brasil, Editora Manole.

Prats, L. (1997) *Antropología y Patrimonio*, Barcelona, Ariel.

Ramos, Rui (1994) *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, Lisboa, Circulo de Leitores, 6º Volume.

Ramos, Rui (1994) *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, “O Estado Novo (1926 – 1974)”, Lisboa, Circulo de Leitores, 7º Volume.

Ribeiro, Nelson (2010) “A emergência da rádio e a vulgarização do entretenimento no lar”, *Comunicação e Cultura*, Nº 10, pp. 115 – 131.

Smith, Anthony D. (1986) *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford, Blackwell.

Smith, Anthony D. (1997) *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.

Smith, Anthony D. (1999) *Myths and Memories of the Nation*, Oxford, Oxford University Press.

Smith, Valene L. (ed.) (1995) *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, University of Pennsylvania Press.

Sobral, José Manuel (2006) *Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Sobral, José Manuel (2003) “A Formação das Nações e o Nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”, *Análise Social*, vol. XXXVII, p. 1093-1126.

Tannerbaum, Nicola (2002) *Monuments and Memory*, Phaya Sihanatraja and the Founding of Maehongson, Routledge Curzon, London, ed. By Tanabe, Shigehary; Keys, Charles F. (2002), *Cultural Crisis and Social Memory: Modernity and Identity in Thailand and Laos*.

Teixeira, Joaquim de Sousa (2010) “Festa e Identidade”, *Comunicação e Cultura*, Nº 10, pp. 17- 33.

Torgal, Luís Reis (...), *Estado, Ideologia e História em Portugal (séculos XIX – XX)*

Urry, J. (1996) “How societies remember the past”, in S. MacDonald e G. Fyfe (eds.) *Theorizing Museums. Representing Identity and Diversity in a Changing World*, Oxford, Blackwell Publishers, 45-65.

Urry, J. (1990) *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*, London, Sage.

Vaquero, Manuel de la Calle (2006) *La Ciudad Histórica como Destino Turístico*, Barcelona, Editorial Ariel.

2. Webgrafia

<http://www.cm-lisboa.pt/> (Câmara Municipal de Lisboa)

<http://www.emel.pt/pt/> (Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa)

<http://www.egeac.pt/index.php> (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural)

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INEn (Instituto Nacional de Estatística)

<http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/005/index.php?ml=2&x=castelo1.xml> (Projecto Integrado do castelo)

<http://www.international.icomos.org/home.htm> (International Council on Monuments and Sites)

<http://www.unesco.pt/cgi-bin/home.php> (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

<http://unwto.org/en> (Organização Mundial do Turismo)

Anexos

Anexo I: Guião de Entrevista para a junta de freguesia do Castelo

- 1 – Qual a importância do Castelo de São Jorge e da EMEL para a freguesia a nível simbólico e económico?
- 2 – Quais os objectivos do Projecto Integrado do Castelo? Em que medida foram cumpridos?
- 3 – Em que medida uma qualificação das habitações e ruas contribui ou pode contribuir para uma separação entre a área monumental e a área residencial?
- 4 - De que forma o Castelo é gerido? (relação com a EGEAC)
- 5 – Que outros projectos específicos existem a médio / curto prazo? Há uma estratégia política inerente?
- 6 – A imagem turística do Castelo e as consequências inerentes à mesma provocam conflitos com a população, ou envolvimento da população?
- 7 – De que forma o Castelo é um recurso simbólico e económico para a freguesia? Quais as suas vantagens e desvantagens?
- 8 – De que forma o Castelo é gerido? (relação com a EGEAC)
- 9 – Existem actividades / envolvimento dos mais jovens na freguesia? Quais? De que forma?
- 10 - As actividades desenvolvidas na freguesia exprimem os sentimentos de pertença (ou não) da população?
- 11 - Em que medida as festas (arraiais), as marchas populares e as procissões são importantes para os habitantes da freguesia? Para a existência de uma identidade própria?
- 12 - Quais as festas/procissões mais importantes? Há algum arraial na noite de Santo António? Como é esse arraial, quem o organiza?
- 13 - Com que intensidade as pessoas tem vontade de participar nesse tipo de festas e efectivam essa vontade? Há envolvimento de toda a população?
- 14 - As marchas e as festas contêm elementos alusivos à freguesia do Castelo especificamente?
- 15 - Concorda comigo se eu disser que a comunidade do Castelo representa uma família?

Caracterização dos inquiridos

- 1 – Idade
- 2 – Sexo
- 3 – Naturalidade
- 4 – Residência
- 5 – Residência dos pais (a ligação à freguesia é recente ou antiga?)
- 6 – Nível Educacional
- 7 – Profissão / Situação perante a profissão
- 7 – Ocupação dos tempos livres (práticas / participação associativa / relações sociais; tempos / espaços)

Anexo II: Questionário realizado aos informantes

- 1 – Quais os principais problemas com que se debate a freguesia?
- 2 – Condições de vida (passado / actualmente)
- 3 - O que mudou com o Projecto Integrado do Castelo?
- 4 – Diferenças e semelhanças com freguesias vizinhas (em termos de desenvolvimento sócio-económico e em termos sócio-culturais).
- 5 – A freguesia do castelo tem costumes ou tradições que considera únicos? Quais? Pensa que se estão a perder? Como evitar essa perda?
- 6 – Quais os aspectos mais relevantes e emblemáticos da história do Castelo? Quais os seus símbolos? (o próprio Castelo é um símbolo?)
- 7 – Pensa que as pessoas da freguesia reconhecem a importância que o Castelo teve e continua a ter para a cidade de Lisboa? (história e turismo)
- 8 – Relação entre a população e os turistas? (Contacto: muito / pouco, positivo / negativo)
- 9 – Preferências culturais (práticas / símbolos; tempos / espaços)
- 10 – Preferências de relações sociais (redes / entreajuda / sociabilidades; tempos / espaços; relações de parentesco / vizinhança / amizade)

Caracterização dos inquiridos

- 1 – Idade
- 2 – Sexo
- 3 – Naturalidade
- 4 – Residência
- 5 – Residência dos pais (a ligação à freguesia é recente ou antiga?)
- 6 – Nível Educacional
- 7 – Profissão / Situação perante a profissão
- 8 – Ocupação dos tempos livres (práticas / participação associativa / relações sociais; tempos / espaços)

Anexo III: Dados relativos à freguesia do Castelo

População residente segundo o grupo etário	2001		
	Total	Homens	Mulhe res
5 a 9 anos	21	10	11
10 a 14 anos	18	9	9
15 a 19 anos	33	17	16
20 a 24 anos	30	15	15
25 a 29 anos	42	26	16
30 a 34 anos	31	11	20
35 a 39 anos	38	20	18
40 a 44 anos	38	23	15
45 a 49 anos	30	12	18
50 a 54 anos	46	21	25
55 a 59 anos	31	11	20
60 a 64 anos	32	13	19
65 a 69 anos	45	18	27
70 a 74 anos	46	14	32
75 a 79 anos	43	17	26
80 a 84 anos	27	6	21
85 a 89 anos	12	3	9
90 a 94 anos	7	0	7
Total	570	246	324

População segundo o ano de nascimento	Total	Homens	Mulheres
De 1911 ou antes	8	0	8
De 1912 a 1916	13	4	9
De 1917 a 1921	33	8	25
De 1922 a 1926	42	17	25
De 1927 a 1931	48	15	33
De 1932 a 1936	41	16	25
De 1937 a 1941	30	12	18
De 1942 a 1946	34	12	22
De 1947 a 1951	43	22	21
De 1952 a 1956	35	14	21
De 1957 a 1961	38	21	17
De 1962 a 1966	36	19	17
De 1967 a 1971	27	11	16
De 1972 a 1976	47	29	18
De 1977 a 1981	30	15	15
De 1982 a 1986	27	12	15
De 1987 a 1991	18	9	9
De 1992 a 1996	22	10	12
De 1997 a 2001	15	9	6
Total da população residente	587	255	332

População residente segundo o alfabetismo	Homens	Mulheres	Total
Não sabe ler nem escrever	19	46	65
Sabe ler e escrever	236	286	522

	2001		
População residente segundo o nível de instrução	Home ns	Mulheres	Total
Ensino superior - Mestrado - A frequentar	1	0	1
Ensino básico - 2º Ciclo - A frequentar	5	5	10
Ensino superior - Licenciatura - A frequentar	7	5	12
Ensino básico - 3º Ciclo - A frequentar	7	4	11
Ensino superior - Bacharelato - A frequentar	2	1	3
Ensino básico - 1º Ciclo - Completo	75	111	186
Ensino básico - 2º Ciclo - Completo	19	14	33
Ensino básico - 3º Ciclo - Completo	30	19	49
Ensino secundário - Completo	18	27	45
Ensino médio - Completo	0	2	2
Ensino superior - Bacharelato - Completo	0	3	3
Ensino superior - Licenciatura - Completo	11	10	21
Ensino superior - Mestrado - Completo	0	3	3
Ensino superior - Doutoramento - Completo	3	0	3
Ensino pré-escolar - A frequentar	1	2	3
Ensino médio - Incompleto	0	0	0
Ensino superior - Bacharelato - Incompleto	0	1	1
Ensino básico - 3º Ciclo - Incompleto	5	5	10
Ensino superior - Licenciatura - Incompleto	5	0	5
Ensino básico - 2º Ciclo - Incompleto	7	11	18
Ensino básico - 1º Ciclo - Incompleto	10	32	42
Ensino secundário - Incompleto	17	13	30
Sem nenhum nível de ensino	17	45	62

População residente segundo a naturalidade	2001		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	3	1	2
Cabo Verde	2	0	2
França	1	0	1
Moçambique	2	1	1
Natural da freguesia onde reside actualmente	278	128	150
Natural doutra freguesia do concelho onde reside actualmente	138	63	75
Natural doutro concelho que não aquele onde reside actualmente	145	51	94
Natural do estrangeiro - Outro país	13	9	4
Natural do estrangeiro - Total	26	13	13
Natural de Portugal - Total	561	242	319

	2 001
Famílias clássicas segundo a dimensão	T otal
1 pessoa	1 16
2 pessoas	7 7
3 pessoas	4 9
4 pessoas	2 9
5 pessoas	8
6 pessoas	1
8 pessoas	1

	2001
Edifícios segundo a época de construção	Total
Total de Edifícios	113
Antes de 1919	62
1919 e 1945	1
1971 e 1980	1
1981 e 1985	3
1986 e 1990	0
1991 e 1995	2
1996 e 2001	44